

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO-UENF  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

CAMILA CABRAL DE CASTRO

**ANÁLISE SOBRE AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE CARAPEBUS (RJ)**

Campos dos Goytacazes – RJ

Junho de 2015

CAMILA CABRAL DE CASTRO

**ANÁLISE SOBRE AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE CARAPEBUS (RJ)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Rodrigo da Costa Caetano

Campos dos Goytacazes – RJ

Junho de 2015

Dedico este trabalho, aos meus pais,  
pelas oportunidades que me deram.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por iluminar os meus caminhos e me ungir todos os dias. À Virgem Maria, por toda a sua intercessão, pelos meus pedidos e anseios ao seu filho Jesus, nosso Senhor.

Aos meus pais, mais uma vez, por tantos momentos de paciência e tolerância comigo durante, principalmente na “reta final” desta dissertação, muito obrigada! De verdade.

Não posso deixar de agradecer a minha irmã Giovana, pela companhia em inúmeras vezes, colaborando com as visitas ao campo de estudo, no percurso até a nossa casa... Pela sua maturidade, mesmo que tão nova e pacientemente, ouvir aquilo que eu desejasse dizer, como fatos do meu dia a dia, meus lamentos e reclamações. Obrigada irmã querida!

Ao meu noivo, por me compreender e me escutar tanto... Fazendo-se presente mesmo quando estava longe fisicamente, se interessando pela minha vida acadêmica, sendo muitas vezes meu “companheiro fiel”. Obrigada amor!

Aos meus familiares e amigos, que me incentivaram nesta caminhada, que entenderam quando não era possível estar presente, obrigada!

Ao meu orientador, professor Rodrigo. Obrigada por não desistir de mim! Por todas as vezes que me aguardou na reitoria e ficou até depois do horário de expediente me orientando. Suas dicas, incentivos e colaborações essenciais, me fizeram crescer, não tenha dúvidas disso.

A Anna Maria Vasconcellos Almeida, escritora de Carapebus por toda a ajuda e generosidade comigo e a pesquisa. Fez com que eu tivesse acesso a informações que não conseguiria facilmente. Agradeço-te por tudo, mesmo!

Agradeço também, às amigas que a UENF me proporcionou, por tantos momentos compartilhados juntas, de alegrias e tristezas, pela ajuda em dias de prova, que nos reuníamos para estudar e tirar dúvidas em períodos difíceis do mestrado. Já sinto saudades da companhia e nossas conversas... Obrigada!

Aos professores e funcionários por toda a troca de experiências, e ainda a agência de fomento FAPERJ pela bolsa de pesquisa, que colaborou para o meu crescimento intelectual, obrigada!

“É preciso, portanto, não compartimentalizar o saber produzido acerca das políticas públicas como fins sociais para percebermos os seus contornos com os contextos da sociedade brasileira. Assim, o estudo das políticas públicas como fins é o estudo das relações de poder, como também de estrutura e conjuntura da vida social, dos padrões de sociabilidade e da dinâmica da cultura”. (MEKSENAS, 2002, p. 106).

## RESUMO

### ANÁLISE SOBRE AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE CARAPEBUS (RJ)

O presente trabalho visa estudar as potencialidades de Carapebus voltadas para o turismo, bem como as condições ambientais, políticas e econômicas, para a melhoria na qualidade de vida da população carapebuense, tendo em vista as políticas públicas municipais. Cabe salientar que o desenvolvimento é essencial para esse município litorâneo e sua população, visto que o turismo depende do bom funcionamento dos serviços básicos sociais (como educação, saúde, saneamento básico, sinalização), para acontecer e de investimentos econômicos para se fortalecer. Assim, o incentivo e a valorização do turismo por meio do repasse das verbas locais e da educação ambiental se apresentam como fundamentais. Contudo, serão verificadas as condições dos serviços e da estrutura que servem de base para esse segmento, realizando um levantamento sobre como o seu espaço está preparado para receber o turismo, pois apesar de apresentar atrativos naturais e culturais, não dispõe de um destaque em relação aos outros municípios litorâneos da região Norte Fluminense. Para alcançar tal propósito, o método utilizado é o indutivo de cunho qualitativo, passando pelo levantamento da bibliografia necessária à pesquisa e ida ao campo de pesquisa, captação de fotografias e entrevistas com representantes do poder público e parte da população residente. Por fim, é identificado que Carapebus possui meios suficientes para ordenar o seu território, considerando o número de habitantes e área. Nota-se, então, a necessidade de regulamentação das atividades e dos setores que integram os turismos ambiental, litorâneo e cultural dentro do município.

**Palavras-chave:** Turismo, Ambiente, Carapebus.

## **ABSTRACT**

### **ANALYSIS OF THE TOURIST POTENTIAL OF THE CARAPEBUS (RJ)**

The goal of this study is analyse the potential Carapebus aimed at tourism as well as environmental, political and economic, thus improving the quality of life of carapebuense population, in view of the municipal public policies. It should be noticed that development is essential to this coastal city and its population, since tourism depends on the proper functioning of basic social indicators (such as education, health, sanitation, signage) to happen and economic investments to strengthen. Thus, encouragement and appreciation of tourism through the transfer of local funds and environmental education are presented as fundamental. However, the conditions of service and structure that are the basis for this segment will be checked by conducting a survey about how your space is prepared to receive tourism, because despite having natural and cultural attractions, does not have a prominent relative other coastal municipalities of North Fluminense region. To achieve this purpose, the method used is the inductive qualitative approach, through the survey of the literature necessary for research and going to the search field to capture photographs and interviews with government representatives and the resident population. Finally, it is identified that Carapebus sufficient means to manage their territory, with respect to the number of inhabitants and area. Note, then, the necessity for regulation of activities and sectors that integrate environmental, coastal and cultural tourisms within the municipality.

**Keywords:** Tourism, Environment, Carapebus.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa dos desmembramentos municipais do estado do Rio de Janeiro .....	13
<b>Figura 2</b> – Mapa de localização do município de Carapebus .....	36
<b>Figura 3</b> – Mapa da mesorregião turística: Costa do Sol .....	36
<b>Figura 4</b> - Estação Cultural de Carapebus .....	38
<b>Figura 5</b> – Processo de emancipação do município de Carapebus .....	48
<b>Figura 6</b> – Lagoa de Carapebus .....	52
<b>Figura 7</b> – Praia de Carapebus .....	53
<b>Figura 8</b> – Praia de Carapebus .....	54
<b>Figura 9</b> – Estabelecimento comercial no balneário de Carapebus .....	55
<b>Figura 10</b> – Estabelecimento comercial no balneário de Carapebus .....	55
<b>Figura 11</b> – Praça Frei Balthasar .....	57
<b>Figura 12</b> - Igreja de Nossa Senhora da Glória .....	58
<b>Figura 13</b> - Igreja de Nossa Senhora da Glória .....	58
<b>Figura 14</b> - Parque de Exposição Agropecuária .....	59
<b>Figura 15</b> - Usina de Carapebus .....	60
<b>Figura 16</b> - Estação Férrea .....	61
<b>Figura 17</b> - Estádio Municipal de Futebol .....	62
<b>Figura 18</b> - Biblioteca Municipal .....	63
<b>Figura 19</b> – Maquete da área de lazer proposta pela Secretaria de Turismo .....	67
<b>Figura 20</b> - Estrada que dá acesso à praia, lagoa e ao Parque de Jurubatiba .....	71
<b>Figura 21</b> – Lagoa de Carapebus .....	72
<b>Figura 22</b> – Biblioteca Municipal.....	75
<b>Figura 23</b> - Pousada Eco Rural Rancho Ouro Preto .....	76
<b>Figura 24</b> - Pousada Eco Rural Rancho Ouro Preto .....	77
<b>Figura 25</b> – Piscina infantil da pousada Eco Rural Rancho Ouro Preto .....	78

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - Território, população e royalties dos municípios litorâneos do Norte

Fluminense ..... 37

**Quadro 2** - Base comparativa para a emancipação de Carapebus ..... 49

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 CONCEITUANDO OS TIPOS DE TURISMO PARA MELHOR ENTENDER A ATIVIDADE EM CARAPEBUS .....</b>	<b>21</b>
1.1 – O TURISMO E A PAISAGEM .....	21
1.2 – TURISMO E DESENVOLVIMENTO .....	23
1.3 – CONCEITUAÇÃO DOS TIPOS DE TURISMO .....	29
<b>2 CARAPEBUS E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA .....</b>	<b>35</b>
2.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	35
2.2 – POLÍTICAS E PROGRAMAS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL .....	39
2.3 – O PROCESSO HISTÓRICO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA EM CARAPEBUS ....	44
<b>3 O TURISMO E SUAS PERSPECTIVAS AMBIENTAL E POLÍTICA EM CARAPEBUS .....</b>	<b>51</b>
3.1 – IDENTIFICANDO AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS E SUAS EXPRESSÕES AMBIENTAIS .....	51
3.2 – ASPECTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E SUA POPULAÇÃO .....	66
3.3 – POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E AMBIENTAIS EM CARAPEBUS .....	69
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

Ao dar início ao curso de mestrado em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), foi suscitada uma vontade de prosseguir os estudos e pesquisas na área do turismo. Sendo assim, iniciou-se a pesquisa no município de Carapebus, com enfoque nas suas potencialidades turísticas e nas políticas públicas e ambientais, pois é um município com belezas naturais ainda desconhecidas do grande público e que podem se tornar abrangentes.

Os municípios limítrofes de Carapebus já são conhecidos e visitados, como Macaé e Quissamã. Por isso, há a preocupação e cuidado pelo maior conhecimento das riquezas de Carapebus.

Portanto, antes de começar o trabalho propriamente dito, faz-se necessário localizar o município de Carapebus no mapa de desmembramentos do estado do Rio de Janeiro, e situar a sua importância na história da região Norte Fluminense.

Carapebus era o terceiro distrito de Macaé, um dos mais antigos e importantes, visto que se encontrava em certo período de sua história com um número de habitantes (10.295) e estabelecimentos comerciais (47) e 1.334 propriedades agrícolas, quantidade expressiva em comparação a sede do município com 7.863 habitantes (ALMEIDA, 2013, p. 85).

É possível verificar no mapa (página seguinte) os desmembramentos dos municípios do estado do Rio de Janeiro como um todo, inclusive Carapebus. Dessa forma, é observada a posição geográfica do município de Carapebus no estado e seus municípios vizinhos.

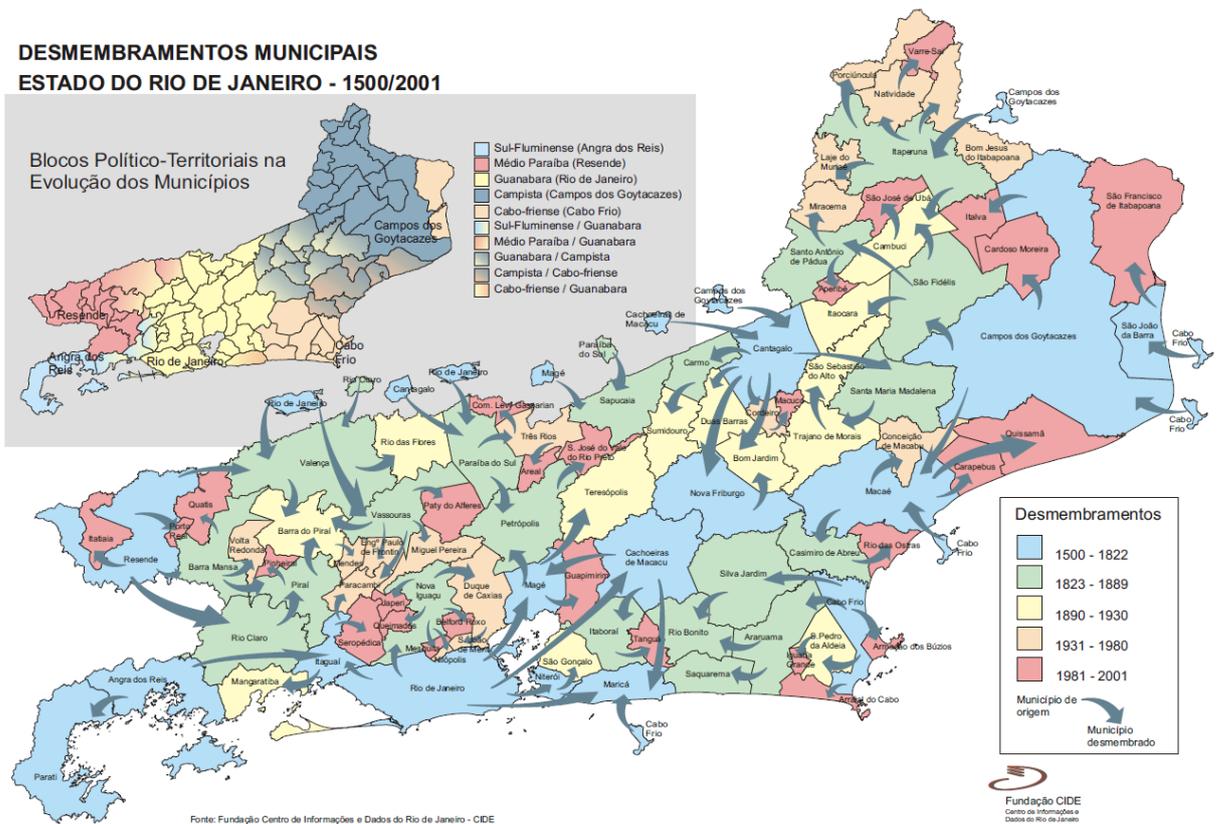


Figura 1: Mapa dos desmembramentos municipais do estado do Rio de Janeiro  
Fonte: Fundação CIDE

O município em questão, comparado aos seus “vizinhos”, possui um recebimento no repasse dos *royalties* significativo, proporcionalmente ao seu número de habitantes e área. Porém é o mais prejudicado em relação à infraestrutura, comparando-se aos litorâneos do Norte Fluminense, aproximando-se somente a São Francisco de Itabapoana.

Foi proposto um estudo sobre as políticas públicas voltadas para promoção do setor no município de Carapebus, que conta com uma proximidade estratégica junto a Macaé e Quissamã. Os municípios de Carapebus e Quissamã foram desmembrados de Macaé, destacando a influência dos *royalties* para as respectivas emancipações. Segundo Becker (2001), o turismo apresenta uma hibridez, ele é considerado propulsor de desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo pode ser caracterizado como fator responsável sobre o ambiente, por isso políticas públicas voltadas para o beneficiamento do turismo são extremamente necessárias.

Algumas medidas ainda precisam ser tomadas, priorizando cada vez mais a população menos favorecida, pois é a que mais necessita da intervenção do poder

público municipal, se tornando a mais atingida futuramente pelos impactos do turismo local e a que menos usufrui, em geral, das vantagens do empreendimento e até mesmo das possibilidades de viajar turisticamente para outras localidades.

A união entre os vários setores do governo, instituições de regulamentação do turismo, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada são responsáveis pelo desenvolvimento do setor turístico a favor do bem-estar dos indivíduos. As leis municipais já elaboradas devem se fazer presentes no cotidiano desse território litorâneo, os conhecimentos contidos na Lei Orgânica do município de Carapebus (§ 5º) e o orçamento anual para investimentos na localidade se baseiam nos critérios de população e indicadores sociais, como saúde, saneamento básico, transporte e habitação.

Os turistas usufruem de certa infraestrutura quando viajam, sendo levados por algum motivo, seja a saúde, os negócios ou mesmo o descanso. Fazem uso do setor de serviços em geral, consomem e levam consigo lembranças pertencentes ao local. Assim, é necessário um estudo sobre a temática que se apresenta na perspectiva de políticas públicas voltadas para promoção, desenvolvimento e ordenamento do turismo no município de Carapebus. Políticas essas que ofereçam incentivos e condições para o possível crescimento da demanda turística.

Alguns dos municípios litorâneos das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas têm no seu interior um forte estímulo para o turismo, inclusive Macaé que conta com uma gama fortalecida de elementos essenciais como infraestrutura e rede de serviços, com o intuito de atender aqueles que buscam no município chances de crescimento profissional.

Entretanto, Carapebus está numa situação inferior dentre os demais municípios litorâneos das regiões supracitadas. Isso porque não tem uma rede integrada e muito menos consolidada de serviços de suporte para o turismo no local, o que se reflete em menores rentabilidades e níveis de progresso turístico.

Vale ressaltar que a atenção e as ações do atual governo para o turismo serão levantadas, inclua-se a questão do orçamento aprovado que perpassa as políticas públicas constituídas com o objetivo de melhorar a vida das pessoas, já que o município recebe uma compensação ambiental/financeira considerada (*royalties*), a qual possibilita o incremento nos suportes básicos para os munícipes. O valor arrecadado dos *royalties*, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), é uma

compensação financeira que deve servir à sociedade.

Isso significa a possibilidade da elaboração de políticas ao desenvolvimento socioeconômico, como de infraestrutura básica que, conseqüentemente, servirá à implementação do desenvolvimento do turismo. A atividade turística deve ser desenvolvida com o propósito inicial de oferecer melhores condições de trabalho e renda para a população local.

A notoriedade das adversidades municipais de Carapebus é explicitada na realidade de seus moradores, que tanto criticam os governantes pela baixa infraestrutura da cidade e poucas opções de serviços. Dessa forma, deve-se pensar uma forma para tornar esse lugar uma opção plausível para o turismo.

A relevância do trabalho se percebe em função dos atrativos existentes e pouco visitados no território carapebuense. A praia e lagoa de Carapebus possuem particularidades desconhecidas do grande público, até mesmo o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, altamente rico em biodiversidade, possuindo espécies diferenciadas, com visitaçãõ esporádica.

O objetivo geral do trabalho consiste em analisar as perspectivas de desenvolvimento turístico no município de Carapebus, a partir das suas potencialidades e dos investimentos do poder público, com o propósito de organizar o espaço com sustentabilidade ambiental para a respectiva atividade, destacando a importância na inserção da comunidade.

Em relação aos objetivos específicos, buscou-se evidenciar as particularidades de Carapebus, revelar os tipos de turismo, refletir sobre a adequação da atividade turística em relação ao município e identificar as possibilidades de investimentos na comunidade local.

Quanto à emancipação e às políticas públicas, de acordo com as demandas reais dos munícipes, considerar tanto a Lei Orgânica Municipal quanto o Orçamento Municipal 2015 para a viabilização das condições básicas capazes de direcionar o turismo em Carapebus.

Dialogou-se com representantes das secretarias de Turismo e Planejamento sobre o recebimento dos recursos provenientes da prefeitura que beneficiaria o turismo, como a criação e implementação do Plano Municipal de Turismo.

A partir das concepções acerca das atividades turísticas estudadas, e da expectativa quanto ao conhecimento a respeito da viabilidade das políticas públicas,

surgem questionamentos que contribuíram para nortear a pesquisa a respeito de Carapebus. Os programas (políticas) municipais valorizaram o turismo e o ambiente? Por que o município de Carapebus não apresenta condições turísticas similares aos demais municípios litorâneos do Norte Fluminense? Quanto do orçamento 2015 poderá ser revertido para o desenvolvimento turístico?

Quanto à metodologia adotada foi realizada pelo método indutivo, gerando reflexão acerca dos dados. Esse método é caracterizado pelo processo no qual o pesquisador por meio de um levantamento particular chega a determinadas conclusões gerais, amplas (LAKATOS E MARCONI, 2003 p. 86).

A indução é baseada em etapas fundamentais, como a observação dos fenômenos, a aproximação dos fatos e a relação que esses possuem entre si. Portanto, para alcançar os objetivos do estudo, foram realizados levantamentos bibliográficos, captação de imagens, para as ilustrações e procurou-se a aproximação da realidade populacional.

O levantamento da literatura pertinente se deu durante todo o ano de 2014 e ainda neste ano de 2015, já que foram inseridos dados e informações recentes para contextualizar a pesquisa e os questionamentos com base no orçamento atual, que antes não era possível.

A primeira etapa para execução deste trabalho foi buscar a bibliografia necessária, utilizando livros de autores conhecidos sobre o tema, artigos com assuntos relacionados à atividade turística, documentos oficiais disponibilizados pela autora de um livro local sobre a história de Carapebus (Anna Maria Vasconcellos Almeida) e pela Secretaria de Turismo do município, que constatou a existência de dutos da empresa Petrobrás em território carapebuense, os quais atrapalham a dinâmica turística proposta, e as adversidades nas relações políticas entre governo local e representante do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Em seguida, a ida ao campo de trabalho para a captação de imagens dos pontos de atratividade turística existentes como a praia e a lagoa, inseridas no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, a observação do entorno dessas paisagens para se entender a dinâmica deste litoral, como as casas de veraneio, bares e comércio local em geral. Vale ressaltar que a estrada que dá acesso a esses atrativos se encontrava, em sua maior parte, com terra e sem calçamento, somente uma ínfima parte já era calçada. Isso dificultou o acesso a esses lugares.

Na área central do município também foram obtidas imagens dos equipamentos construídos pela prefeitura, como a Estação Cultural, antiga estação ferroviária, a Biblioteca Municipal, mesmo com sede improvisada, a Igreja Católica Nossa Senhora da Glória, padroeira do município, o estádio de futebol, o local onde aconteciam as exposições agropecuárias, a estrutura externa das pousadas existentes.

Para as fotografias, foi preciso pensar nos horários adequados para que as imagens pudessem ser nítidas e relevantes para o estudo. Tanto que a ida ao campo ocorreu em horários e dias diferentes, presenciando o fim da tarde em alguns momentos e em outros no início do dia, com maior visibilidade.

Com as fotografias observou-se a riqueza de detalhes do ambiente, sua localização e estrutura, assim obtidas no período da alta temporada (verão), quando se recebe o maior número de visitantes e, também, no período da baixa temporada (inverno).

Um acervo privado de imagens foi elaborado para armazenar e em seguida selecionar as melhores imagens para incluir no trabalho, tendo o cuidado para não expor menores de idade porque não se pretendia fotografá-los, visto que precisariam da autorização dos pais ou responsáveis.

A pesquisa de campo é um dos fatores mais relevantes para que o trabalho em questão seja bem desenvolvido. A observação participante é considerada uma experiência única e necessária de uma área, que possibilita a construção do conhecimento científico essencial ao pesquisador.

Para a execução das entrevistas foi utilizado um caderno de campo, conhecido como bloco de notas, no qual as informações adquiridas no campo de estudo foram inseridas nesse caderno de anotações ou bloco (organizado com as observações do campo e indagações que surgiram no decorrer do processo), pois o pesquisador pode esquecer alguma informação pertinente.

Após os levantamentos bibliográficos e documentais ocorreram discussões concernentes ao processo de desenvolvimento do trabalho, a formação dos seus capítulos, as influências teóricas e implicações sobre as políticas públicas para o município de Carapebus essencialmente.

As entrevistas foram semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, realizadas com uma série de obstáculos no que dependia das respostas de alguns

representantes locais, como a Secretaria de Planejamento, que até o momento da elaboração da dissertação para a defesa, protelando as respostas, justificando não ter as informações organizadas para que sejam repassadas.

O sacerdote da Paróquia de Nossa Senhora da Glória também não respondeu as perguntas enviadas por *e-mail*, e não explicou o motivo pela falta das respostas. E ainda, o representante do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba em Carapebus, informou que só seria possível uma entrevista com ele mediante submissão e após a avaliação da pesquisa em questão no endereço eletrônico do órgão responsável (ICMBIO). Mesmo assim, informalmente, foi respondido que o Parque Nacional de Jurubatiba e seus responsáveis mantêm uma boa relação com a prefeitura de Carapebus, não tendo problemas entre eles.

Após a trajetória detalhada apresentada, percebe-se a relevância das políticas sociais, facilitando a vida da população e se apresentando à sociedade como um recurso fundamental para elevar a qualidade de vida local. Deste modo, o estudo das políticas sociais está interligado às questões da atividade turística.

Voltando ao tema deste trabalho, entende-se que Turismo, Políticas Sociais e Geografia, área de formação na graduação, são relacionadas porque também procuram se remeter ao espaço. O objeto de análise e recorte espacial é o município de Carapebus, associado à temática do desenvolvimento turístico por meio de políticas.

Carapebus é uma cidade que possui muitas riquezas e belezas naturais, como praia, lagoa (que possuem o nome do município), uma área do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba dentro de seu território, bem como arcações culturais e históricos relevantes (Estação Cultural e a Usina de Carapebus).

Apesar de todas as suas qualidades e atrativos naturais existentes, a cidade não é bem ordenada, portando uma infraestrutura debilitada. Sendo assim, o que é preciso para que esse município comece a ser bem visto e frequentado? Quais as mazelas que ainda precisam ser identificadas e posteriormente modificadas para que Carapebus passe a se desenvolver efetivamente? É o que também se pretende explicar, ao menos fazer refletir com esse trabalho para compreensão de como se caracteriza o turismo no município de Carapebus e como deveria ser organizado o espaço em questão para a respectiva função.

Muitos municípios brasileiros não dispõem de renda suficiente para manutenção e promoção do turismo, além da falta de conhecimento técnico, ou seja, com trabalhadores sem qualificação sobre o assunto.

Nota-se a necessidade de regulamentação das atividades e dos setores que integram o turismo, que são geradores de emprego e renda. Devem ser buscadas alternativas que vão além do planejamento de governo para infraestrutura, ressaltando que investimentos em qualificação profissional e educação ambiental precisam ser realizados.

A implementação de políticas públicas e sociais (habitação, saúde, saneamento, educação) tem que existir no município para gerar investimentos na qualificação profissional dos seus munícipes, gerando conscientização na população local acerca do ambiente em que vivem.

A educação ambiental deve buscar um equilíbrio entre a apropriação da natureza e sua degradação (ESCOUTO, 2011). Há algum tempo que era o meio ambiente quem ordenava o homem, a sociedade. Na atualidade a terminologia “meio ambiente” e sociedade já não são mais vistos individualmente, e muito menos um sobre o outro, e sim interligados, com o objetivo de se complementarem.

Nos capítulos a serem apresentados será possível conhecer o município carapebuense, a partir da estruturação do estudo proposto com a sequência dos capítulos e seus apontamentos.

O primeiro capítulo intitulado “Conceituando os Tipos de Turismo para melhor entender a atividade em Carapebus” começa com os conceitos dos tipos de turismo e quais deles se enquadram na realidade do município, o estudo da paisagem e do desenvolvimento local.

No segundo capítulo “Carapebus e o Desenvolvimento Turístico enquanto Política Pública” possuem enfoque alguns aspectos geográficos de Carapebus, sua paisagem característica, a tranquilidade e as políticas públicas a serem convertidas em políticas sociais, influenciando a atividade turística, os seus atrativos, a sua história e seus projetos, considerando os benefícios do turismo para o município e seus habitantes.

No terceiro capítulo “O Turismo e suas Perspectivas Ambiental e Política em Carapebus” discorre-se sobre a descrição dos atrativos presentes no município (ambientais e culturais), a organização do espaço enquanto receptor turístico, bem

como sua estrutura comercial e de serviços, e os investimentos que estão sendo realizados visando atender aos moradores locais e visitantes.

Na sequência, encontram-se as considerações finais, onde são enfatizados os principais pontos do trabalho. A reflexão sobre as informações adquiridas na elaboração da pesquisa subsidiam sugestões sobre a valorização das potencialidades carapebuenses, como maiores investimentos em qualificação profissional relacionada à empregabilidade e aproveitamento dos recursos financeiros nas atividades da localidade.

## **CAPÍTULO 1 – CONCEITUANDO OS TIPOS DE TURISMO PARA MELHOR ENTENDER A ATIVIDADE EM CARAPEBUS**

De maneira geral, o desenvolvimento está intimamente relacionado à valorização de recursos, tanto naturais (paisagem) quanto econômicos. Para tanto, tem que haver um ordenamento (territorial e ambiental) das ações humanas (política – planejamento) sobre o turismo. Com isso, neste primeiro capítulo, preocupa-se em entender as possibilidades do turismo em conjunto com a paisagem, o processo de desenvolvimento e conhecer os diferentes tipos de turismo para posteriormente, incluí-los em Carapebus.

### **1.1 - O TURISMO E A PAISAGEM**

O turismo é um dos setores que mais cresce no mundo. Para entender o turismo, é importante conceituá-lo.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2011) o turismo é:

(...) o fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se transladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual, por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

Turismo e mobilidade de pessoas estão intimamente relacionados. Os chamados turismos de veraneio e rural apresentam particularidades.

O turismo de veraneio é baseado na alta temporada (litoral). Elementos como praia, campeonatos esportivos, concursos de beleza, apresentações musicais, fazem parte do imaginário local e regional.

Para Saquet (2013), as residências de veraneio são chamadas de "residências secundárias", já que representam a segunda opção de domicílio do indivíduo, e essa opção é para passar pouco tempo, como um fim de semana ou ainda somente um dia, por algum motivo, usufruindo muitas vezes do calendário de eventos.

Já o turismo rural teve seu início com a prática de hospedagem em propriedades rurais para abrigar viajantes oriundos de outras regiões (PORTUGUEZ, 2002). Com o passar do tempo, as propriedades passaram a

oferecer uma maior estrutura, dando origem aos *resorts* e hotéis-fazenda (PORTUGUEZ, 2002, p. 82). O modelo de turismo rural estimulou a reestruturação de algumas áreas caracterizadas pelas atividades agropecuárias por conta da geração de renda. Vale lembrar que este modelo é ligado essencialmente às paisagens.

As paisagens compõem os aspectos materiais e não materiais (YÁZIGI et al., 2002) relacionando a valor e sentido pelas questões simbólicas, percepções e subjetividades, como veremos a seguir.

A paisagem é um dos elementos principais como atrativo turístico. Segundo Pires (2001, p. 235) “a paisagem, como expressão espacial e visual do ambiente, sintetiza todas as dimensões implicadas na sua formação e transformação, seja por força da própria natureza, seja pelas interferências humanas”. O mesmo ressalta a importância de se conhecer diversos lugares e principalmente as suas especificidades.

Com isso, a paisagem passa a ser um “ponto de referência”, já que viajando por lugares distintos será possível visualizar diferentes paisagens. Pires (2001, p. 235) afirma que, “a paisagem torna-se um indicador privilegiado de como o turista está realmente mudando de lugar, pois é ela (...) um produto da sociedade e da cultura que se desenvolve em toda parte”. Percebe-se que paisagem e turismo são dois elementos que se relacionam.

O conceito de paisagem pode ser modificado dependendo dos interesses turísticos em questão. Porém, existem três aspectos ou dimensões que permanecem, como estética, cultural e ecológica (PIRES, 2001). A paisagem estará baseada nesses três pilares.

A paisagem possui diversas características, tanto de origem natural, como: florestas, montanhas, fauna e flora, praias, rios, lagos e lagunas, quanto de origem antrópica, como parques e igrejas.

Turismo e paisagem se unem no que tange à complementaridade de ambos, tal qual sua relevância. A leitura da paisagem é essencial para a compreensão da sociedade como um todo.

O olhar na superfície terrestre, o caminhar, o sentir, caracteriza o geógrafo. “A geografia é uma ciência de observação” (CLAVAL, 2011, p. 62). O olhar sobre a paisagem pode ser feito a partir de ângulos diferentes, como afirma Claval (2011, p.

64) “... A paisagem é uma realidade múltipla, e que pode ser analisada sob vários ângulos e a certa distância e mais ou menos de longe”.

A paisagem demonstra para o geógrafo os traços de trabalho, vida social, cultura, construções, ruas, avenidas, igrejas etc. Entretanto, a paisagem não está à mostra para aqueles que não a conseguem decifrar, sem conhecer as realidades sociais do seu entorno. É necessária a leitura da paisagem na contemporaneidade, para a compreensão das mudanças que ocorreram ao longo do tempo, até chegar à realidade atual.

As paisagens e seus aspectos simbólicos representam a dimensão estética da relação homem-natureza. Algumas questões se fazem necessárias referentes à percepção do sentir, agir, observar, contemplar. E um dos termos relevantes para o turismo que contribui para melhor organizar suas atividades é a percepção ambiental. Para Okamoto (2002, p. 27),

Temos a sensação do ambiente pelos estímulos desse meio sem se ter consciência disso. Pela mente seletiva diante do bombardeio de estímulos, são selecionados os aspectos de interesse ou que tenham chamado a atenção, e só aí é que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento), resultando em uma resposta que conduz a um comportamento.

Cada pessoa tem sua própria percepção, um mesmo objeto pode ser visto diferentemente por várias pessoas. A cultura e os interesses dos indivíduos que vivem e visitam o lugar influenciarão na sua percepção. Por outro lado, o turismo depende do dinamismo de elementos que o favorecem no espaço proposto, tais como: transporte, infraestrutura, gestão e *marketing*.

Além das belezas naturais (cênicas), dos aspectos culturais, há uma necessidade de observação e análise dos possíveis potenciais para o desenvolvimento turístico do litoral Norte Fluminense, como poderá ser visto a seguir.

## **1.2 – TURISMO E DESENVOLVIMENTO**

O turismo é um fenômeno que vem crescendo tanto no mundo, quanto no Brasil, obtendo destaque cada vez maior nas pesquisas geográficas, em decorrência

de ser uma atividade dinâmica, que perpassa diversos segmentos como o econômico, o político e o cultural.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo é o “movimento de pessoas a lugar diverso do qual habite por tempo inferior a 360 dias, desde que não realize atividades econômicas.” Ou seja, o turismo ocorre com o deslocamento dos indivíduos de um lugar para o outro, durante um período curto de tempo.

Para Lage e Milone (2001), o turismo pode ser entendido por diversas maneiras. Para alguns estudiosos do assunto, o turismo implica viagens com distância mínima do local da residência, para outros, acontece o turismo quando os indivíduos permanecem por mais de 24 horas visitando um local, e ainda têm os que consideram turismo as viagens mais longas, como as de férias, estudo e saúde.

A atividade turística movimenta e injeta lucro na economia mundial, já que a mesma gera a produção de recursos econômicos cuja função também deveria ser a distribuição dos mesmos para toda a sociedade.

Tendo o turismo uma importância para o mundo, deve-se primar pela sua atuação sustentável no espaço, pois ele pode transformar o ambiente sem agredi-lo, utilizando meios praticáveis de desenvolvê-lo sem que haja uma degradação.

Ferretti (2002) afirma que o turismo é sim, uma atividade econômica viável. A autora concorda que a atividade turística deve respeitar os recursos naturais, utilizando-os, mas sem esgotá-los. A atitude errônea das pessoas em relação ao ambiente e/ou espaço se deve ao histórico da exploração e dominação dos recursos naturais pelo homem, sem respeitar as suas características.

A proposta de Ferretti (2002) é extrair recursos naturais, e simultaneamente, aproveitar suas belezas naturais sem destruí-las. Havendo, desta forma, uma interação entre o homem e o espaço, para assim todos os envolvidos serem beneficiados, até porque nenhum turista buscará um destino que seja poluído e feio visualmente.

Lugares com praias, rios, mangues são ecossistemas muito importantes para o turismo (FERRETTI, 2002, p. 56.), por isso deve haver um planejamento turístico adequado. Com o aumento das discussões em relação ao meio ambiente, o termo ecoturismo é cada vez mais empregado. A sua base está “nas características da natureza e o turismo ao ar livre”. (FERRETTI, 2002, p. 116).

Para a atividade turística ocorrer são necessários dois fatores: os locais turísticos e a oferta turística. Pois, para os turistas visitarem e/ou frequentarem os lugares, realizarem viagens, é necessário que esses lugares sejam realmente destinos turísticos, ou seja, precisam oferecer, por exemplo, paisagens atrativas, como praias e cachoeiras. E as políticas públicas têm a função de ordenar/planejar o espaço turístico.

Como é considerada um dos fatores para que a atividade turística aconteça, é importante que se entenda a oferta turística. Ela pode ser caracterizada por recursos naturais, como clima, fauna e flora, e por recursos artificiais: elementos históricos, culturais, religiosos. Sendo esses recursos capazes de satisfazer os turistas (LAGE e MILONE, 2001).

Barbosa (2005) também destaca os recursos naturais como elementos constituintes da oferta turística, entretanto o autor não destaca os recursos artificiais. Os autores Lage e Milone (2001) e Barbosa (2005) concordam que para uma melhor integração entre os turistas e o local turístico, além dos recursos mencionados, são necessários meios de transportes suficientes e em ótimo estado, hotéis adequados com boa infraestrutura, restaurantes que comportem a quantidade de turistas esperados.

Ferretti (2002) reconhece o sistema hoteleiro como de suma importância para o bom funcionamento da atividade turística. Ela ressalta que a maioria dos hotéis das regiões litorâneas não possui tratamentos de esgoto ou então esses sistemas estão ultrapassados. Todavia, muitos turistas não têm conhecimento desse problema.

Além do caráter econômico importante, o turismo exerce influência sobre a cultura e o espaço da área receptora dos visitantes. (BARBOSA, 2005). A autora destaca o “nascimento” recente do turismo de massa, datado do pós-Segunda Guerra Mundial.

No segmento do turismo, autores como Lage e Milone (2001), Barbosa (2005) e Casimiro Filho (2002) destacam a ligação entre turismo e desenvolvimento. Segundo Barbosa (2005, p. 4) a atividade turística influencia direta e indiretamente a economia de um lugar. Os efeitos chamados de diretos são as despesas que os turistas têm no local, o consumo de produtos, por exemplo. Já os efeitos indiretos

são o resultado de pagamentos dos instrumentos turísticos aos prestadores desse serviço.

Em conjunto com os agentes de turismo do destino turístico, os órgãos públicos também são beneficiados com a atividade turística, com a cobrança pela visita do turista aos atrativos e de impostos (como das empresas privadas). O lucro obtido pelo local turístico é revertido no aumento da urbanização, no fortalecimento das indústrias que financiam a atividade turística, da mão-de-obra nos serviços, no aumento na arrecadação de taxas e impostos. O valor gerado pelos gastos dos turistas beneficia todos os setores que participam do “fenômeno turístico” (BARBOSA, 2005, p. 05).

Sobre o segmento do turismo no Brasil, Casimiro Filho (2002) ressalta que a maioria dos trabalhos publicados é do campo da Geografia, Sociologia e Antropologia. O autor ainda destaca que o primeiro órgão criado para fomentar e planejar o turismo no país foi o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) em 1991.

Casimiro Filho (2002, p. 14) discorre sobre o “nascimento” do turismo mundial, afirmando que o mesmo surgiu na Grécia Antiga em 776 a. C., em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos. Viagens foram feitas e contribuíram para o crescimento da atividade econômica, isso até a Primeira Guerra Mundial. No período entre guerras, o turismo permaneceu estagnado, mas após a Segunda Guerra Mundial o turismo “renasce” em função do aumento dos transportes (a inserção dos aviões, por exemplo) e das comunicações.

No território nacional, no início da década de 1980, a vinda dos turistas estrangeiros contribuiu para o bom desempenho do turismo. Na segunda metade dos anos 1980 até a década de 1990, o turismo obteve um desempenho inferior. Segundo Casimiro Filho (2002, p. 18) nos anos de 1997/1998, a atividade turística teve um decréscimo, devido principalmente ao controle mais rigoroso na entrada de turistas no país, por vias terrestres nesse período.

Atualmente, mesmo com o aumento da atividade turística no país, o Brasil se mantém numa posição inferior no *ranking* de países mais visitados. Fatores como a má infraestrutura dos serviços turísticos, a segurança bastante debilitada nos grandes centros urbanos, transportes em péssimo estado, e também pouca divulgação do Brasil no circuito turístico mundial (CASIMIRO FILHO, 2002).

O turismo necessita de uma maior integração entre os setores do seu segmento. Uma maior promoção do *marketing* turístico também é essencial, melhoria na infraestrutura, redução dos custos de viagem, para a atividade se tornar popularizada, alcançando pessoas com baixo poder aquisitivo.

Partindo do pressuposto de que o turismo colabora para o desenvolvimento de um local e/ou região, a atividade turística gera emprego e renda, sendo percebida na indústria, na construção civil, nos profissionais do turismo, e principalmente no setor financeiro (bancos). Todavia o turismo bem planejado colabora para a melhoria do meio ambiente, agindo na preservação ambiental, na preservação dos locais históricos, na valorização da cultura. (BARBOSA, 2005).

Lage e Milone (2001) concordam que o desenvolvimento de um destino possibilita a presença da atividade turística. O nível de desenvolvimento de um país é medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pela educação, pelos graus de urbanização e tecnologia, entre outros, que precisam de planejamento.

Geralmente, o turismo tem seu início sem um planejamento, sendo aprovado pelos moradores dos locais que esperam desenvolvimento econômico na sua localidade. Porém, no momento em que o número de turistas começa a aumentar, a localidade já não controla mais o espaço.

A atividade turística realizada sem zelo causa muitos problemas para os turistas e, principalmente, para a população local, que é atingida diretamente na sua qualidade de vida (LAGE E MILONE, 2001, p. 158).

Segundo Lage e Milone (2001), o turismo possui alguns estágios no decorrer do seu processo. No início, os turistas são poucos e têm a finalidade de se aventurar numa pequena área ainda desconhecida, os serviços existentes são precários, e o contato entre os moradores é direto e imediato. Com o passar do tempo, a quantidade de turistas e a oferta turística aumenta cada vez mais gerando espaços aglomerados e falta de estrutura.

Com a atividade turística crescendo muito, os residentes acabam deixando suas atividades cotidianas para participarem das atividades ligadas ao turismo, aumentando a renda e o padrão de consumo.

Os autores citados destacam, em alguns momentos, o crescimento e o desenvolvimento econômico, percebendo que essas duas variáveis são de suma

importância para se entender o turismo e seus segmentos. Lage e Milone (2001, p. 203 e 204) confirmam ainda mais esta ideia, conceituando crescimento econômico como o “aumento contínuo do produto nacional de um país, ao longo do tempo”, e desenvolvimento econômico como “o aumento contínuo do produto nacional e da qualidade de vida dos indivíduos de cada país, ao longo do tempo”. Por isso mais importante do que fazer crescer um lugar é desenvolvê-lo, focando no bem estar da população.

Lembrando que crescimento deve estar ligado ao desenvolvimento. Ressalta-se que para o envolvimento de ambos, deve haver o planejamento das atividades locais. Por mais que sejam elementos distintos, crescimento e desenvolvimento se complementam. Muitas vezes promove-se o crescimento do turismo, sem estimular o seu desenvolvimento, deixando de atender a população local com os serviços necessários.

Caracteriza-se como crescimento econômico, a geração de empregos, de renda. Já o desenvolvimento econômico do turismo é caracterizado pelo planejamento, melhoria na infraestrutura, valorização regional.

Nos próximos anos o turismo terá um papel importantíssimo na economia do país, contribuindo para a diminuição da pobreza, e a desigualdade das condições de vida dos indivíduos (LAGE E MILONE, 2001, p. 207). Essa contribuição se tornará possível, mediante aos fatores de crescimento econômico: colaboração na criação de empregos, divisão da riqueza para a sociedade, e os seguintes fatores de desenvolvimento econômico: diminuição das diferenças regionais, melhorias na qualidade de vida das populações de regiões mais atrasadas, nas obras de infraestrutura, nos sistema de transportes, e no saneamento (LAGE E MILONE, 2001).

Todo o processo de crescimento e desenvolvimento econômico pelo turismo deve ser baseado na proteção ou conservação dos recursos naturais existentes no ambiente e na valorização da cultura das populações nativas. .

A partir de seus estudos sobre a atividade turística, Lage e Milone (2001) sugerem tendências do desenvolvimento turístico. Para os mesmos, a atividade turística deve a sua expansão ao aumento do tempo livre (lazer) dos indivíduos, o avanço dos meios de transporte e das telecomunicações.

Com relação ao turismo brasileiro, verifica-se que os órgãos públicos são responsáveis pelas obras de infraestrutura e planejamento necessários para que haja o aumento de desenvolvimento turístico no país.

O Brasil se caracterizará como um país ainda mais receptor de turistas internacionais, em função da oferta de produtos turísticos nacionais, com o apoio das condições públicas e econômicas. Dessa forma, o país aumentará a participação do turismo interno, contribuirá para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), para a conservação do espaço turístico e, caso seja planejado democraticamente, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

### **1.3– CONCEITUAÇÃO DOS TIPOS DE TURISMO**

Importante ressaltar que as definições a serem apresentadas no decorrer deste capítulo fazem parte do conceito de turismo estabelecido pela Organização Mundial de Turismo (OMT). O turismo social é discutido por se tratar de uma nova forma de inserção e prática da atividade turística, tendo como objetivo tornar o turismo viável para todos, priorizando sempre a sustentabilidade ambiental.

O turismo social surgiu na Europa, criado para oferecer às camadas populacionais com menor poder aquisitivo, uma alternativa à participação na atividade turística. Essa iniciativa teve como base a Declaração de Montreal (1996), a qual esclarecia que todos os indivíduos, sem exceção, possuem o direito de ter momentos de lazer e descanso, e de serem devidamente pagos pelo seu trabalho (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO).

Além disso, segundo o Código Mundial de Ética do Turismo, o turismo social deve primar pelo turismo sustentável e que atenda a todos, obtendo o indivíduo o direito de utilizar o seu tempo livre da maneira que desejar.

Para o Ministério do Turismo, o Estado detém o papel de incentivar e coordenar os órgãos do governo para que os mesmos colaborem para a disseminação do turismo nas diferentes esferas da sociedade. Lembre-se que o fundamento deste tipo de turismo é a inclusão, esse entendimento leva a certeza de que o interesse social encontra-se no próprio turista.

O Ministério do Turismo define o turismo social como: “[...] forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”.

Outro tipo de turismo importante que surgiu no Brasil é o ecoturismo, para suprir a necessidade de algo voltado para a preservação da natureza, devido à sua valorização. Para direcionar esse segmento, a EMBRATUR, deu início ao projeto do ‘Turismo Ecológico’, o qual autorizou a capacitação de guias turísticos. Entretanto foi com o Rio 92 (Conferência global voltada para as questões sobre o meio ambiente, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992,) que o ecoturismo tornou-se conhecido e passou a demonstrar sua importância para o turismo e meio ambiente (EMBRATUR).

A EMBRATUR conceitua o ecoturismo como,

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Essa conceituação se tornou referência no Brasil. Alguns elementos que a constituem ajudam no seu entendimento, como o segmento da atividade turística, utilização sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivo à conservação do patrimônio natural e cultural e busca de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, e promoção do bem-estar da população.

É de suma importância as bases conceituais sobre os temas meio ambiente e turismo, pois contribuirão para a gestão das políticas públicas na integração dessas duas vertentes. O ecoturismo propicia a prática do turismo sustentável, usufruindo-se do meio ambiente e conservando-o.

Vale ressaltar que o ecoturismo é um segmento do turismo, que aproxima o turista dos elementos naturais para apreciar e cuidar. Assim como o turismo sustentável que, tem como prioridade a conservação dos recursos naturais, podendo ser aplicado em todos os tipos de turismo.

Outro segmento conhecido é o turismo cultural, pois turismo e cultura são dois elementos que se associam. Muitas modificações aconteceram até a

atualidade, surgindo novas formas de aproveitamento do tempo livre ligados à cultura, para que o turismo cultural surgisse.

Para o Ministério do Turismo chama-se turismo cultural, “[...] as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Com a finalidade de implementar e aprimorar as políticas públicas neste segmento turístico são expostos alguns fatores importantes (MINISTÉRIO DO TURISMO).

Atividades turísticas – transporte, agenciamento, hospedagem, alimentação, etc.

Vivência – a experiência do turista aos eventos culturais, como o patrimônio histórico e cultural, e seu conhecimento sobre eles.

Patrimônio histórico e cultural e eventos culturais – “bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades”. Por exemplo, os bens culturais com valores históricos ou simbólicos, como ruínas, museus, manifestações culturais, etc.

Valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura – usufruto e preservação desses bens. A partir da busca do turista à sua identidade, surgem alguns deslocamentos, os quais se incluem o turismo cívico, religioso, místico e esotérico, e étnico.

As atividades turísticas com os serviços necessários para acontecer, a experiência do turista nos eventos culturais e a presença de bens culturais, fazem com que o turismo cultural se desenvolva cada vez mais. Com os turismos de estudos e intercâmbio, como no crescimento científico do século XX, geram-se, também, as visitas em diferentes lugares e as “trocas” de experiências em culturas diversas.

O intercâmbio ocorre em quase todos os países que oferecem, de alguma forma, oportunidades, tanto de estudo ou de trabalho, ou até mesmo os dois. Essa experiência vai somar ao currículo do indivíduo conhecimentos variados e, conseqüentemente, contribuirá para o seu crescimento pessoal e profissional, já que ele descobrirá um novo “mundo”.

Em relação ao turismo de estudos, pode ser citado o programa do governo federal brasileiro “Ciência Sem Fronteiras”, que muito tem colaborado com a troca de culturas, experiência acadêmica e aperfeiçoamento no estudo de alunos em

cursos de ensino superior ou pós-graduação. Esse programa busca investir na formação de estudantes brasileiros, para que retornem ao país, qualificados para o mercado de trabalho e possam desenvolver pesquisas na área da tecnologia (BRASIL, PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS) – MINISTÉRIOS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI) e MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC).

O turismo de estudo é capaz de gerar crescimento e fortalecimento ao turismo brasileiro, podendo ser utilizado, principalmente, em lugares onde não possuem muitos atrativos turísticos convencionais e fora das chamadas altas temporadas para o turismo. Competições universitárias, tais como festivais de música e campeonatos de futebol, fomentam os turismos de cultura e esporte, movimentando o setor de comércio e serviços visitado.

O turismo de esporte passou a ser visto como um tipo de turismo associado à prática da vida saudável para os seus competidores. As competições esportivas pelo mundo (grandes eventos, como Jogos Olímpicos e Copas do Mundo) usufruem deste segmento turístico recebendo espectadores para assistirem aos jogos. Enquadra-se no turismo de esporte, pequenos e médios eventos esportivos também, como torneios de xadrez e de pesca profissional e amadora.

A pesca vem crescendo no segmento do turismo esportivo e se destacando como uma opção de desenvolvimento para regiões que não possuem outros atrativos turísticos, pela viabilidade de conservação dos recursos naturais do local (MINISTÉRIO DO TURISMO).

Mesmo com toda a variedade e diversidade de reservatórios, lagos, lagoas e mares, o Brasil não se utiliza devidamente as suas potencialidades em relação ao turismo náutico. Anteriormente, os portos dificilmente ofereciam abertura para turistas, com a intervenção da EMBRATUR se tornou possível a inserção das políticas para o desenvolvimento do setor (EMBRATUR).

Voltando à questão do ambiente natural, destaca-se aqui o turismo de aventura, que já esteve associado ao ecoturismo, mas que apresenta atualmente suas próprias características. O crescimento desse segmento deve-se, principalmente, ao maior cuidado com a natureza. E para o bom uso desse segmento turístico, ressalta-se o fator segurança, indispensável para o funcionamento do mesmo.

Dentro do segmento do turismo de aventura é importante que haja, além da paisagem, uma rede integrada de transportes que viabilize o acesso dos turistas ao ambiente de aventura com segurança, uma hospedagem que possa recepcionar os turistas com conforto, restaurantes que ofereçam a alimentação típica regional, fortalecendo a infraestrutura preparada para receber as pessoas. Estes exemplos associados à presença de água, calor e sol são importantes atrativos para o segmento.

No inverno, algumas pessoas dispensam as praias e procuram as áreas com paisagens rurais onde ocorrem em muitos lugares festas tradicionais ligadas à atividade agropecuária, como rodeios e exposição agropecuária, difundida nas cidades do interior dos estados brasileiros.

Apesar de já existir a prática de visitação nas propriedades rurais, não havia sido pensado num tipo de turismo que pudesse ser desenvolvido enquanto essa prática não era conhecida como geradora de lucro. Quando divulgada a possibilidade de ganhos, o aproveitamento dessas áreas rurais teve início.

O surgimento do turismo rural pode ser explicado por dois fatores: a necessidade do produtor rural de diversificar e aumentar sua fonte de renda e a busca dos turistas urbanos pelas paisagens bucólicas e preservadas, prezando pela calma e tranquilidade, encontradas em localidades rurais.

O turismo rural está intimamente ligado à produção agropecuária, a qual gerará recursos e produtos que promovam o patrimônio cultural e natural da comunidade. Com essa promoção alguns termos foram criados, como, por exemplo, o agroturismo, bem conhecido no município de Venda Nova do Imigrante, na serra do estado do Espírito Santo. O agroturismo é composto pelas atividades turísticas internas na propriedade, contribuindo para as atividades agrícolas e complemento da renda da propriedade rural.

Em outra vertente, para o deslocamento de um lugar para outro em busca de tratamentos de doenças, tem-se o turismo de saúde, que movimenta a economia do lugar, gerando riquezas. Para que ocorra o turismo de saúde, necessita-se de transporte, hospedagem, alimentação, serviços como hospitais, clínicas, spas, balneários, e fins médicos, terapêuticos e estéticos.

A paisagem natural do estado do Rio de Janeiro é muito diversa, e ao mesmo tempo degradada, apresentando problemas no meio rural. Entretanto, segundo

Marafon (2007, p. 94), os municípios do interior fluminense, especialmente a região Norte Fluminense, tem se destacado no abastecimento de produtos agropecuários e ofertando serviços de lazer com a prática do turismo rural, com o crescimento dos hotéis-fazenda, das pousadas e “casas de segunda residência”.

Apesar disso, a prática efetiva do turismo rural apresenta muitos obstáculos para se tornar realidade em maior número de municípios como Carapebus, pois um roteiro turístico encontra resistência por parte dos proprietários de fazendas da região (MARAFON, 2007, p. 97). Além do mais, o espaço rural sofre transformações ao longo do tempo por conta do trabalho agrícola.

Existem, ainda, aqueles municípios que se sobressaem pela(s) praia(s) como Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema. Entretanto seria interessante se os mesmos buscassem desenvolver melhor seus outros atrativos turísticos, como as atividades culturais, rurais e ecológicas.

Uma parte da área litorânea dessa região é conhecida como Costa do Sol, a qual permite a prática de mergulho, pesca submarina, passeios de barco, vela. Também pode ser promovido o seu potencial histórico-cultural (igrejas, hotéis-fazenda), fazendo com que outros elementos, além do sol e da praia, sejam explorados e divulgados, colaborando com a economia local.

Lembrando que Armação dos Búzios recebe, na grande maioria, turistas com maior poder aquisitivo, enquanto os outros municípios apresentam o turismo de massa que “privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa” do lugar (ZAOUAL, 2008, p. 3).

A cidade de Carapebus também não é contemplada no segmento turístico litorâneo (sol e mar) como roteiro de destino no estado do Rio de Janeiro, mas foi verificado que o município possui atrativos turísticos e uma perspectiva para criação de um plano de ordenamento para a atividade turística.

Neste capítulo foi essencial compreender os principais tipos de turismo, seus aspectos naturais e econômicos, e a partir disso, identificar quais os tipos turísticos compatíveis para o espaço de Carapebus.

O próximo capítulo tem o cuidado de discernir sobre o município de Carapebus, sua localização geográfica, com as nuances que possui e que podem ser aprimoradas para o desenvolvimento da atividade turística.

## **CAPÍTULO 2 – CARAPEBUS E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA**

Com as mudanças na sociedade capitalista, o turismo passou a ser uma atividade significativa a partir da interferência da iniciativa privada (BECKER, 2001). Os indivíduos passam a ter salários menos injustos, redução da carga horária de trabalho, aposentadoria, e a possibilidade do transporte aeroviário, surgindo, então, o turismo de massa (BECKER, 2001, p. 3).

As políticas sociais locais devem ser fomentadas pelo poder público municipal. Dessa forma, como avaliar nas políticas públicas, perspectivas para o desenvolvimento da atividade turística, beneficiando a população local e respeitando as características do município de Carapebus? É o que veremos neste segundo capítulo.

### **2.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

A Região Norte Fluminense está localizada no estado do Rio de Janeiro, sendo uma das seis mesorregiões do estado. Os municípios que compõem o Norte Fluminense são: Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Conceição de Macabu, São Fidélis e Cardoso Moreira (IBGE). Os seis primeiros estão inseridos na extensão litorânea da região.

Sobre o planejamento estadual para o turismo, observa-se que existe uma regionalização turística específica, com um respectivo planejamento. Carapebus (figura 2, a seguir) encontra-se na Costa do Sol (vide figura 3), entre os municípios de Macaé e Quissamã. Segundo a Fundação CEPERJ (2014), a região Norte Fluminense conta com os setores industrial, agropecuário e de serviços relevantes para a economia no estado, especialmente o setor agropecuário, que abastece a área metropolitana.

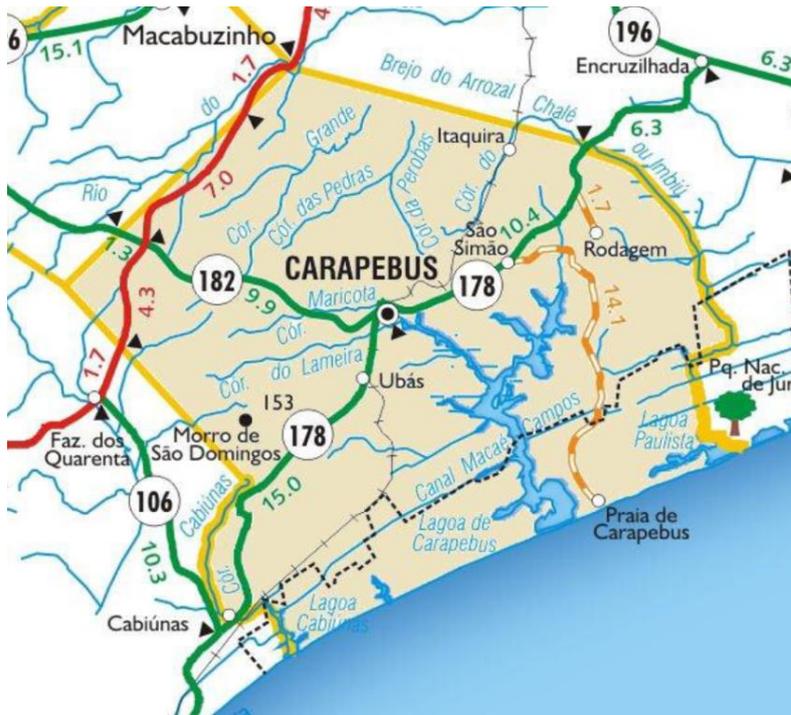


Figura 2: Mapa de localização do município de Carapebus.  
Fonte: TCE (2013), adaptado do DER (2006).



Figura 3 – Mapa da mesorregião turística: Costa do Sol.  
Mapa da mesorregião turística: Costa do Sol Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro.  
<http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/costadosol.asp>. Acessado em 08/08/2014.

Neste estudo, foi percebido no que diz respeito ao turismo em Carapebus e suas atividades, que os mesmos estão ligados em boa parte ao litoral, ocorrendo o turismo de veraneio, partindo do pressuposto dos atrativos praianos e ecológicos, já que nesse local há também o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Com relação aos recursos financeiros, destacamos que Carapebus é o segundo menos abastado em *royalties* (UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES - UCAM, INFO ROYALTIES) no litoral do Norte Fluminense. Todavia, quando analisamos a relação entre população e área territorial (IBGE), concluímos que se trata de um valor em *royalties* significativa proporcionalmente em relação a outros municípios, como São Francisco de Itabapoana (vide quadro a seguir).

Quadro 1: Território, população e royalties dos municípios litorâneos do Norte Fluminense.

<b>Municípios</b>	<b>Território</b>	<b>População</b>	<b>Royalties</b>
Macaé	1.216,846 km <sup>2</sup>	224.442	466.531.575,52
Quissamã	1.216,846 km <sup>2</sup>	21.806	85.684.414,46
<b>Carapebus</b>	<b>308.130 km<sup>2</sup></b>	<b>14.408</b>	<b>35.784.883,44</b>
Campos dos Goytacazes	4.026,696 km <sup>2</sup>	477.208	630.384.833,22
São Francisco de Itabapoana	1.122,438 km <sup>2</sup>	41.397	8.292.812,42
São João da Barra	455 km <sup>2</sup>	32.747	107.493.237,46

Fonte: Dados do IBGE e Info Royalties (UCAM), 2013. Organização própria.

Os municípios litorâneos da região Norte Fluminense apresentam suas particularidades e potencialidades que influenciam nas respectivas atratividades turísticas. Carapebus possui em seu interior fatores de atração turística que podem levar pessoas a conhecerem e visitarem o município. No setor cultural, destaca-se a Estação Cultural municipal, e no segmento natural, a praia e a lagoa de Carapebus. Entretanto, não conta com rede hoteleira efetiva, dificultando a permanência de

visitantes no município (ESTUDO SOCIOECONÔMICO 2013 – TCE).

A Estação Cultural se destaca no setor de cultura, porque é um dos poucos atrativos culturais existentes e aproveitados no município. Este é um dos impasses apresentados, pois cultura é mais um segmento do turismo que poderia ser desenvolvido em Carapebus.

O patrimônio cultural, seja ele natural, material ou imaterial, é o responsável pelo “enraizamento” da memória em alguma paisagem ou lugar (PAES, 2009, p.1). Nesse sentido, a Estação Cultural de Carapebus se encaixa no patrimônio material. Por outro lado, foi verificada falta de investimentos na antiga e tradicional Usina de Carapebus, que movimentou por um bom tempo a economia da cidade e região, e poderia ser utilizada para visitação e explicação da história municipal e regional.

Primeiramente, para se entender um patrimônio cultural, deve-se levar em consideração o seu recorte temporal histórico. Ele tem que ser interpretado e não descrito, já que diferentes organizações o apreciarão de maneiras distintas. (PAES, 2009, p. 2). Inclusive a paisagem como um todo é considerada um patrimônio cultural.

Segundo Paes (2009, p. 4), “a relação entre a patrimonialização de bens culturais e o crescimento da visitação turística já é bastante conhecida”. Portanto o patrimônio cultural influencia diretamente o desenvolvimento do turismo no local, por agregar equipamentos, recursos e atrair pessoas.



Figura 4 (autoria própria): Estão Cultural de Carapebus (02/05/2014).

Antes de se tornar estação cultural, existia uma estação férrea que beneficiava além do município toda a região. Essa imagem, antes de tudo, tem um valor histórico e carrega consigo uma lembrança simbólica para os moradores, onde alguns puderam utilizar os trens que passavam nesta estação.

A partir das experiências presenciadas no município de Carapebus, percebe-se uma despreocupação em relação às questões básicas de cidadania. A população local e os possíveis visitantes precisam se conscientizar sobre a importância de um suporte municipal.

A associação dos serviços somada à sensibilização dos munícipes possibilitará um crescimento turístico em Carapebus, fazendo uso do planejamento e da fiscalização para preparar as políticas necessárias à organização do município.

## **2.2 – POLÍTICAS E PROGRAMAS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL**

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas são necessárias para o planejamento, fiscalização, crescimento e desenvolvimento da atividade turística no país, entendamos a sua origem.

A política pública surge para solucionar problemas ou questões que chamam a atenção do governo e dos habitantes (MASSUKADO, 2004). A partir de seus estudos, a autora afirma que as políticas públicas surgiram como consequência do estado de bem-estar social. Em função disso, a intervenção do Estado é essencial para atender as exigências da sociedade. As intervenções públicas do Estado são consideradas sociais quando estão presentes nas áreas de saúde, saneamento, habitação, transportes, por exemplo.

Já as políticas públicas de turismo, segundo Massukado (2004), surgem para suprir as reivindicações sociais, as quais tinham o objetivo de regular as condições de trabalho, limitando o seu tempo, as férias que passaram a ser remuneradas e o direito à aposentadoria.

A história das políticas de turismo no Brasil começa com um Decreto, pois antes a ação das políticas era muito restrita, servia apenas para regulamentar as agências de viagens de turismo.

Alguns fatos históricos da política-administrativa do turismo no Brasil são relevantes para entendermos o surgimento das políticas públicas de turismo e sua eficácia. Massukado (2004, p. 5 e 6) cita os seguintes fatos:

- 1958 – Criação da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), primeiro órgão que surge na tentativa de imprimir a ação de planejamento no turismo.
- 1966 – Criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e da definição de uma política nacional de turismo.
- 1967 – Ampliação da concepção legal da política nacional de turismo, instituindo a sistemática de funcionamento do Sistema Nacional de Turismo, indicando a responsabilidade de cada participante.

Mesmo não sendo iniciadas de forma totalmente integrada, essas ações marcam o início do turismo como atividade econômica organizada, sendo fundamental para o seu desenvolvimento. Juntamente com a atividade industrial, a atividade turística aproveitou os incentivos do governo.

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para o turismo tiveram mais êxito, pela maior repercussão dos programas governamentais, fazendo parte das prioridades de desenvolvimento do país. O Plano Nacional de Turismo 2007/2 surgiu para participar e ser integrante das políticas da Organização Mundial do Turismo (OMT), o qual ordena a atividade turística no país, focando o desenvolvimento regional (MASSUKADO, 2004, p. 12).

Para Casimiro Filho (2002) as políticas de turismo no Brasil são recentes, antes o que realmente existiam eram políticas fruto de lei e decretos desassociados e desintegrados, suprimindo somente parte da atividade. Após esse processo foram criados o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), definindo a primeira política nacional de turismo. Já a segunda fase das políticas de turismo no Brasil vai do ano 1966 até o ano de 1991, no momento que a EMBRATUR é reestruturada, dando início à terceira fase das políticas nacionais, a qual é mantida até os dias atuais. (CASIMIRO FILHO, 2002, p. 26).

Na terceira fase, o turismo assume reconhecimento como atividade que contribui para a diminuição das desigualdades regionais que assolam o Brasil. Dessa forma, verifica-se que possuem as mesmas ideias e discorrem sobre os mesmos pontos principais em relação à história das políticas de turismo nacionais (CASIMIRO FILHO, 2002).

A EMBRATUR sofreu uma modificação na nomenclatura, já que era uma empresa pública, e passa a se chamar Instituto Brasileiro de Turismo e não mais Empresa Brasileira de Turismo, representando uma autarquia do Ministério do Turismo responsável pela Política Nacional de Turismo.

Mesmo com todas essas mudanças, a política nacional de turismo não emplacou, pois não foi implementada, e a principal justificativa para isso foi a instabilidade política que o país passava naquele momento, com o *impeachment* do então presidente Collor, gerando uma grande dificuldade econômica (CASIMIRO FILHO, 2002, p. 26).

O Fungetur favoreceu não somente os grandes investimentos, mas, sobretudo, ofereceu incentivos aos empreendimentos de pequeno e médio portes, e fomentou a criação de infraestrutura para lazer e hospedagem, voltados para os indivíduos com menor poder aquisitivo. (CASIMIRO FILHO, 2002, p. 31 e 32).

Apesar de o Fungetur priorizar o incentivo às pequenas e médias empresas, favorecendo os indivíduos com menor poder aquisitivo, isso na prática não ocorreu. Pelo contrário, o Fungetur acabou privilegiando as classes mais ricas. Isso se deu pela sua baixa participação financeira no segmento do turismo e, principalmente pela indevida implantação de seus recursos. (CASIMIRO FILHO, 2002).

Bacelar (2003, p. 1) apresenta a herança das políticas públicas. Essa herança, segundo a autora, compreende os anos 1930 até os dias atuais. Teve seu início na década de 1930 em consequência das grandes transformações que ocorriam no Brasil. O desenvolvimento da industrialização no país, contribui na implementação das políticas públicas voltadas para a promoção do crescimento econômico.

Surge o movimento de globalização, tornando o capital internacionalizado, e quanto menos transformador social for o Estado, haverá menos políticas público-sociais e cada vez mais a parte frágil da sociedade não terá acesso às mercadorias e serviços desejados. As políticas públicas, que na teoria seriam destinadas para toda a sociedade, beneficiam mais uma ínfima parte da população, com maior poder aquisitivo.

A inserção das políticas públicas e o diálogo da sociedade com os governantes sobre as decisões tornam-se cada vez mais necessários para que essa população usufrua dos seus direitos dentro do próprio território.

O Estado deve patrocinar o crescimento da economia, sem “abrir mão” das políticas sociais. Este deve ser um Estado transformador. É função das políticas públicas fazer com que a sociedade se organize, elas devem integrar o indivíduo ao seu entorno, tornando-o cidadão voltado para as questões sociais.

Desse modo, foi feito um breve histórico das políticas públicas de turismo no Brasil, baseado nos estudos de autores que se dedicaram aos referidos temas. Ressaltando que para compreender o Plano Nacional de Turismo (PNT) é essencial que antes fosse pesquisado o histórico dessas políticas e sua atuação no país.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) é um instrumento político federal que visa tornar a atividade turística no país, capaz de induzir o desenvolvimento e geração de renda nacional. O PNT é resultado de todos os segmentos turísticos, que tem como finalidade a inserção do turismo na inclusão social. Segundo o Ministério do Turismo, “[...] o PNT avança na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo”.

Além disso, também é objetivo do Ministério do Turismo e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), tornar o Brasil um dos principais destinos turísticos do mundo, e também no âmbito nacional.

O que se propõe é fortalecer o mercado e suas relações, atingindo uma diminuição nas desigualdades e um enriquecimento do indivíduo em relação ao seu bem-estar social. É fazer com que o turismo esteja disponível para todos, sendo qual for a condição social, a religião ou postura política de cada um.

Ressalta-se que no PNT está constituída a Política Nacional do Turismo, a qual objetiva planejar, desenvolver e estimular o setor turístico. O PNT surge no ano de 2006, a partir do Conselho Nacional de Turismo (CNT), para fortalecer o turismo interno, tornar o turismo fator importante de desenvolvimento regional, certificar efetiva acessibilidade aos diferentes níveis populacionais, investimentos aos profissionais, possibilitando desta forma, geração de emprego e renda (PNT 2007/2010).

Para a sua criação, houve mobilização, união e participação de várias áreas governamentais. “O PNT 2007/2010 traduz um trabalho integrado de cooperação e participação entre diversos setores do governo, da iniciativa privada e do terceiro

setor, bem como das instituições com assento no Conselho Nacional de Turismo – CNT” (PNT 2007/2010).

Para Silva e Melo (2000, p. 4) não basta somente implementar políticas, mas sim, antes de tudo, alcançar os objetivos das metas, previamente constituídas, tendo como base um diagnóstico prévio.

Os modelos de implementação de políticas têm que ser analisados para se tornarem eficazes. Não podem existir apenas no “documento”, precisam existir para a sociedade, para a eficácia das políticas públicas.

Muitas vezes, ao contrário do que deveria ser, as implementações não são regularmente (devidamente) observadas e controladas, por isso se tornam frágeis, limitadas e sem credibilidade, não atendendo às exigências básicas da população que anseia por interferências diretas que melhorem sua qualidade de vida.

Deve-se priorizar o processo de implementação de políticas públicas e sociais segundo uma embasada avaliação, expondo as intervenções estatais, gerando uma metodologia avaliativa voltada para as questões inerentes do lugar.

Para bem entender as políticas públicas e o desenvolvimento, é importante conceituá-los. O que são políticas públicas? E o que é desenvolvimento? Segundo o SEBRAE MG, as políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a sociedade. O termo de políticas públicas apresenta uma gama de resoluções diferentes.

O desenvolvimento é um fator de suma importância para todos os municípios, principalmente aqueles que ainda não tem infraestrutura básica, empregabilidade inexistente, problemas urbanos intensos.

Em relação ao desenvolvimento local, compreende-se que na sua essência está ligado e/ou associado a vários elementos, como a sociedade, as instituições privadas e públicas, ao governo, etc. E todos esses juntos colaboram para o desenvolvimento local.

O local é base fundamental para que haja desenvolvimento, partindo do pressuposto de que está intrínseco o desejo nas pessoas pelo ambiente em que vivem. O mais relevante no desenvolvimento local, é o fato dos indivíduos participarem ativamente das decisões e contribuírem para disseminação desse tipo de desenvolvimento. A população local conhecendo a sua realidade será capaz de sair da “inércia” e estagnação, transformando-se ativamente.

No quesito desenvolvimento, pode-se destacar o turismo local, que se for bem aproveitado pode chegar a ser um fator estratégico para fomentar todos os setores municipais. Para tanto, algumas bases da sociedade devem reivindicar mais políticas para o desenvolvimento do município carapebuense, melhorando as condições socioambientais, as quais influenciam o segmento turístico na localidade.

No que tange ao surgimento de políticas públicas, faz-se relevante discorrer neste momento sobre a gestão de um novo município a partir da sua emancipação recente. Serão identificados no próximo subitem do capítulo como foi o processo de emancipação do município, tema deste trabalho, Carapebus.

### **2.3 – O PROCESSO HISTÓRICO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA EM CARAPEBUS**

Inicialmente, as terras que compunham Carapebus pertenciam ao município de Macaé (ALMEIDA, 2013, p. 136) e representavam um incremento na economia e população macaense.

Originalmente, Carapebus pertencia ao município de Macaé. A primeira grande fonte de renda para os seus habitantes, assim como de toda a região foi a Usina de Carapebus, criada no início do século XX (ALMEIDA, 2013, p. 231).

Para chegarem à emancipação, os moradores se organizaram no dia 13 de março de 1995 num tradicional clube carapebuense. Foram 3.497 votos a favor, com 148 votos contra (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO).

Carapebus tem uma história “rica”, alguns historiadores inclusive, citam as plantações de açúcar e café. Em 1872 foi inaugurado o Canal Campos-Macaé passando por terras carapebuenses. No ano de 1875 foi inaugurada a linha férrea pela Cia. Estrada de Ferro Macahé-Campos, sendo substituída em 1889 pela Cia. Estrada de Ferro Leopoldina. Estação férrea essa que atualmente foi transformada em Estação Cultural, como já foi citado anteriormente. Já a Igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Glória, foi construída por um religioso, entre os anos de 1909-1959, sendo inaugurada em novembro de 1955 (ALMEIDA, 2013, p. 97).

Após a emancipação político-administrativa, decretada pela Lei Estadual de 19 de julho de 1995, o primeiro prefeito eleito de Carapebus foi Eduardo Nunes Cordeiro, que tomou posse em primeiro de janeiro de 1997 (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO).

São considerados patrimônios históricos de Carapebus: a sede da antiga Fazenda de São Domingos (1863); a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória (1955); a Estação Ferroviária; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Caxanga (1875); as ruínas do Alambique de Itaquira (1899); o prédio do antigo Cinema; as instalações da Usina de Açúcar (1927) (ALMEIDA, 2013, p. 60).

Um marco na história de Carapebus está no funcionamento do Canal Campos-Macaé, o qual perpassa em suas terras. Esse canal ligava a cidade de Campos e a vila de Macaé e o desejo de construir esse canal veio antes mesmo dos anos de 1800 (ALMEIDA, p. 97).

O Canal tinha como objetivo escoar o açúcar de Campos e adjacências no porto de Imbetiba, em Macaé. Por um período de “glória” o Canal foi bastante exaltado, acreditando que o mesmo poderia se tornar a “Veneza brasileira” (ALMEIDA, 2013, p. 96), relacionando-a a famosa cidade italiana.

Com o passar do tempo e tal importância associada ao canal Campos-Macaé, ele começou a ser utilizado para fins de transporte de pessoas, estabelecendo horários regulares de Campos para Macaé e vice-versa. A criação do canal fez com que o comércio entre Campos, Macaé e regiões serranas fosse desenvolvido. Entretanto, o canal manteve-se no auge por apenas três anos, mesmo assim ele influenciou o saneamento na região (ALMEIDA, 2013, p. 98).

Com uma importância inigualável, apresenta-se a Lagoa de Carapebus, a qual faz parte da formação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Essa lagoa já passou por inúmeros desgastes físicos, como desmatamento em suas margens, o processo de erosão, assoreamento etc. (ALMEIDA, 2013, p. 37).

As primeiras pessoas que aportaram em Carapebus se localizaram entre o mar e a Lagoa, num lugarejo chamado Gamboa, porém Carapebus teve o seu início populacional a partir da construção da primeira igreja da sua praia. Ou seja, os primeiros habitantes carapebuenses se localizaram na praia, fazendo com que o futuro distrito de Macaé e mais adiante município chamado Carapebus, começasse sua história na área litorânea, se expandindo para o centro e não o oposto (ALMEIDA, 2013).

No final do século XIX, segundo as pesquisas da escritora local Almeida (2013, p. 157), os primeiros moradores e frequentadores da Praia de Carapebus estavam em busca de um local com climas compatíveis a cura de doenças muito

comuns na época, como impaludismo e beribéri. Chegando à praia, se instalaram e começaram a construir as primeiras casas na região (ALMEIDA, 2013).

Com o passar do tempo, perceberam que a lagoa oferecia além de lazer, um tratamento medicinal, já que possuía variedade de plantas aquáticas responsáveis por eliminar boa parte de doenças. Por isso, novos habitantes passaram a surgir nas margens da Lagoa e Praia de Carapebus (ALMEIDA, 2013, p. 157).

Deve ser lembrado também todo o potencial da atividade agrícola de Carapebus que se remete ao fato de a área que compete ao município ser de solo fértil, o qual fez progredir a agricultura na região (ALMEIDA, 2013, p. 225).

Contudo, a plantação de café foi bastante disseminada por encontrar terrenos elevados, clima ameno e contar com chuvas regulares. Portanto, o café que era um produto forte da época foi favorecido pela boa área agricultável, elevando Carapebus a um dos distritos mais importantes economicamente de Macaé, tendo, inclusive, vários estabelecimentos comerciais nas décadas de 1940 e 1950 (ALMEIDA, 2013, p. 225).

Além da produção de café, Carapebus possuía em seu interior uma grande e rentável usina, chamada Usina de Cabiúnas. Baseada na cana de açúcar, a qual deixou de existir desde 1930 (ALMEIDA, 2013, p. 229). Essa usina dependia do funcionamento do Canal Campos-Macaé.

Mais tarde, com a construção da Usina de Carapebus, no centro da Vila, a usina de Cabiúnas foi totalmente desativada, e seus operários foram trabalhar na nova usina. Essa usina se tornou a primeira da região a se tornar conhecida em âmbito nacional (ALMEIDA, 2013, p. 230).

A usina cresceu em pouco tempo drasticamente, tendo uma alta quantidade de canaviais a sua disposição. “A usina produzia diariamente dois mil e quinhentos sacos de açúcar cristal e o peso unitário era equivalente a sessenta quilos” (ALMEIDA, 2013, p. 231).

Infelizmente, toda essa produção dava origem a uma substância tóxica conhecida como vinhoto, que prejudicava a comunidade de Carapebus, já que atingia a lagoa, matando diversos peixes. Apesar de todos os desastres ambientais, a Usina de Carapebus teve grande importância econômica não somente para Carapebus, e sim para toda a região. Gerando empregos e cultivando lavouras, como cita Almeida (2013, p. 232):

De acordo com a Revista Municípios em Destaque, a indústria foi de grande importância ao município e estado. Na virada da década de 1950, afirma o documento que a produção da Usina alcançou a marca de trezentos mil sacos de açúcar cristal e de um milhão de litros de álcool potável, rendendo dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

Dessa forma, é compreendida a relevância da praia, lagoa e a Usina de Carapebus, a qual foi pioneira no que diz respeito ao início do processo emancipatório, que veremos a seguir.

O processo de emancipação do município de Carapebus teve o apoio e autoria de personalidades conhecidas do então distrito, os quais incentivaram a todos os eleitores a participação e consequente assinatura de um abaixo-assinado com o objetivo de tornar Carapebus emancipado.

Esse processo teve início no ano de 1992 e perdurou até 1995, com a criação do município de Carapebus. Nos documentos do abaixo-assinado, foram encontradas diversas assinaturas dos moradores e eleitores de Carapebus.

No momento que deu início ao desmembramento de Carapebus, expondo todos os requisitos necessários para tanto, foi observado que não contavam como critério o repasse dos *royalties* do petróleo da Bacia de Campos, pois foram anexadas ao processo as seguintes exigências da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro:

- A) Uma população registrada no último censo superior no estabelecido em lei assim como o número de eleitores.
- B) Centros urbanos com número bem superior de edifícios, ao mínimo exigido por Lei.
- C) Possui arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos por cento da arrecadação estadual de impostos. (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO)

Com a junção dos requisitos estabelecidos em Lei, o próximo passo seria a assinatura dos eleitores para o abaixo-assinado. De acordo com o número de assinantes (respeitando a quantidade mínima) saberia se a população do terceiro distrito de Macaé gostaria de se tornar um município.

Para o abaixo-assinado o eleitor assinava seu nome, seu número de inscrição, seção e zona eleitoral a qual pertencia. Lembrando que um processo

como esse deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, como de fato ocorreu no caso de Carapebus, em 05 de Agosto de 1992 (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO).

O relator responsável pelo processo de emancipação de Carapebus foi o deputado estadual Albano Reis, como pode ser verificado pela imagem a seguir.

93

  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DISTRIBUIÇÃO

Proposição : OFÍCIO S/Nº - 92

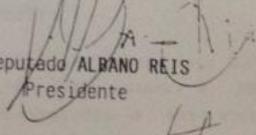
Ementa : OFÍCIO S/Nº - 92. QUE ENCAMINHA REPRESENTAÇÃO DE ELEITORES SOLICITANDO A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS, 3º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ.

Autor : ROBERTO LUIZ DE S. ALVARENGA / WALBER F. DA SILVA E OUTROS

Distribuído p/ Relator ao Deputado : *LUIZ FERNANDO FADILHA*

DISTRIBUÍDO P/ RELATAR EM, 05 de agosto de 1992

Sala da Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional, em 05 de agosto de 1992.

  
 Deputado ALBANO REIS  
 Presidente

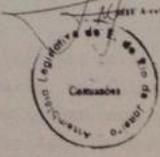
  
 Divisão Gráfica AL

Figura 5: Processo de emancipação do município de Carapebus.  
 Fonte: Documento fornecido pela escritora Anna Maria Vasconcellos Almeida.

Alguns relatórios foram feitos para dar continuidade ao processo de emancipação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi o responsável por divulgar e analisar o número populacional do distrito de Carapebus,

assim como a população do município de Macaé. O Tribunal Regional Eleitoral informou o número de eleitores do distrito de Carapebus e o Centro de Informação de Dados do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CIDE) informou a população estimada do município de Macaé, excluindo o distrito de Carapebus e também a população do menor município em número de habitantes do estado do Rio de Janeiro (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enviou alguns documentos, como o memorial descritivo e base cartográfica de Carapebus. No Memorial Descritivo do centro urbano do então futuro município de Carapebus, se começa descrevendo o ponto mais alto de suas terras, que é o Morro do Sapecado (torre de TV), passando pela bifurcação da Estrada RJ-168 com a Estrada Caxanga, seguindo até o Córrego da Maricota, passeando pelo eixo do cemitério até o Morro do Sapecado novamente.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro solicitou alguns dados e informações relevantes sobre o território do estado do Rio de Janeiro, o município de Macaé e o distrito de Carapebus, exercício do ano de 1991. Vide quadro abaixo:

Quadro 2: Base comparativa para a emancipação de Carapebus

<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>Município de Macaé</b>	<b>Distrito de Carapebus</b>
ICMS: 1.148.606.438.059	ICMS: 3.536.043.304	ICMS: 213.646.453
IPVA: 25.688.575.371	IPVA: 201.768.507	IPVA: 1.205.736
ITD: 4.544.853.990	ITD: 22.921.600	ITD: 19.492
TOTAL: 1.178.839.867.420	TOTAL: 3.760.733.411	TOTAL: 214.871.681

Fonte: Processo de emancipação do município de Carapebus. Quadro elaborado pela própria autora

A partir da análise da arrecadação de impostos pelo então distrito de Carapebus, fica estabelecido que o mesmo possuía como requisito básico o que a Assembleia Legislativa exigia para cumprir uma dentre tantas outras exigências do processo de emancipação, como o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, e do Imposto sobre a Transferência ou Doação de um bem móvel ou imóvel, em caso de morte (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO).

O número populacional do distrito de Carapebus era de 7.313 (sete mil, trezentos e treze) habitantes, enquanto a população residente do município de

Macaé, excluindo Carapebus, era de 99.586 (noventa e nove mil, quinhentos e oitenta e seis) habitantes. Comparado ao menor município do estado do Rio de Janeiro, Aperibé, o qual possuía na época em que Carapebus era distrito, uma população estimada em 6.309 (seis mil, trezentos e nove) habitantes, ou seja, o distrito de Carapebus era superior em número populacional comparado a Aperibé (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO).

Os limites territoriais de Carapebus eram próximos aos limites intermunicipais com o município de Quissamã na estrada do Rumo (BR-101), passando pelo Canal Campos-Macaé, até a lagoa de Jurubatiba. Já com o município de Macaé, começando pela lagoa de Jurubatiba ao córrego de Ubás. E com o município de Conceição de Macabu, inicia no córrego de Ubás, passava pelos distritos de Carapebus e Macabuzinho, até encontrar o município de Quissamã (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO).

Em relação ao número de eleitores, observou-se que Carapebus possuía em seu território 5.444 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro). O abaixo-assinado para a emancipação do distrito de Carapebus contou com 432 (quatrocentas e trinta e duas) assinaturas, superando a quantidade mínima necessária que era de 218 (duzentas e dezoito) assinaturas. O município de Carapebus passaria a fazer fronteira com outros três municípios como: Macaé, Conceição de Macabu e Quissamã (PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO).

Após discorrer sobre todo o processo de emancipação do município de Carapebus, questiona-se (por mais que o então distrito atendessem às exigências impostas pela Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro da época) se a emancipação fez com que o município chegasse a independência financeira, pois já foi apresentado e discutido que o município enfrenta problemas sérios de infraestrutura e necessidade de políticas públicas/sociais.

No capítulo seguinte terão destaque os aspectos ambientais e políticos, paisagens e lugares, discutindo-se as possibilidades frente às potencialidades. A Lei Orgânica do município de Carapebus e o seu orçamento para o ano de 2015 estão inseridos no capítulo para orientar na reflexão sobre a organização do espaço.

## **CAPÍTULO 3 – O TURISMO E SUAS PERSPECTIVAS AMBIENTAL E POLÍTICA EM CARAPEBUS**

Há uma dificuldade notória em se destacar, até mesmo por parte de alguns moradores locais, os atrativos ambientais que possui o município de Carapebus. A proposta deste capítulo é levantar os questionamentos feitos no início da pesquisa, começando pelas potencialidades existentes na cidade, pensando nos investimentos econômicos que ainda têm que ser realizados para fortalecer a atividade turística. Expõe-se a vantagem da segurança, pela “tranquilidade” e busca-se discutir, brevemente, a interação dos residentes com a política municipal pelo seu local de identidade.

### **3.1 – IDENTIFICANDO AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS E SUAS EXPRESSÕES AMBIENTAIS**

O município de Carapebus é deficiente no setor de serviços na área litorânea, que engloba basicamente, a praia e a lagoa, para atender aos seus visitantes, diferentemente de Macaé (conhecida como a “Princesinha do Atlântico”), que apresenta estrutura com calçadão em sua orla marítima, presença de hotéis e restaurantes.

A lagoa de Carapebus, segundo o Mapa de Cultura do Rio de Janeiro (24/04/2014).

Com uma área aproximada de 10 km<sup>2</sup> – é formada por vários córregos e ligada ao canal Macaé-Campos. A microbacia Lagoa de Carapebus localiza-se no centro do município, com uma parte na Restinga de Jurubatiba. Seu principal curso d’água, com 5 km de extensão, é o córrego da Maricota, totalmente inserido no município.

A fotografia a seguir ilustra os aspectos naturais da lagoa de Carapebus, que fica dentro do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. A imagem foi adquirida no final da tarde no período da baixa temporada. O pôr do sol se destacou, demonstrando ao fundo, uma parte da paisagem natural do município.

Pode-se usufruir da paisagem da lagoa e utilizá-la para um momento de lazer ou reflexão. A areia, no horário da fotografia, se encontrava numa temperatura ideal para caminhadas.

Após a observação do espaço, do entorno da imagem, é nítida a falta de infraestrutura, dificultando a visitação na lagoa e gerando um “vazio” neste espaço. O governo local deveria incentivar a contemplação, o lazer e a circulação, bem como atividades físicas, como acontecem em outras cidades do estado do Rio de Janeiro.



Figura 6 (autoria própria): lagoa de Carapebus (02/05/2014)

Encontram-se na praia de Carapebus aspectos “rústicos”, como deficiência na infraestrutura básica necessária de um destino turístico. Com um mar e uma espaçosa faixa de areia de coloração avermelhada, possui ainda diversas árvores em sua extensão. Com residências de veraneio, costuma ser mais frequentada por moradores da região. É indicada para surfe, além de outros esportes como vôlei,

futebol e frescobol. Alguns visitantes aproveitam a praia para a prática da pesca, por sua tranquilidade. Para os que desejam descansar, é uma escolha acertada.

Nesta imagem da praia e nos arredores, com sua imensa extensão de areia, não se encontrava no momento nenhum visitante. A foto foi captada no horário da tarde, no período da baixa temporada.



Figura 7 (autoria própria): praia de Carapebus (02/05/2014)

Nessa segunda imagem (figura 8) da praia de Carapebus, é um indicativo de descuido com a área, porque são vistos resquícios de madeira e sujeira na areia. Não foram encontradas lixeiras na extensão demonstrada da orla e o vento transportava o lixo.

Em relação ao entorno da área da imagem, estão presentes os aspectos “bucólicos” da paisagem, pois o acesso e até mesmo o local que se localiza se misturam aos aspectos rurais, e “rústicos”, pela simplicidade do ambiente e da deficiente estrutura instaurada.

As águas do mar da praia de Carapebus tinham no momento uma coloração esverdeada, um ponto positivo para os turistas, pois eles reclamam da cor escura da

água dos mares da região Norte Fluminense, exceto Macaé depois da ponte rumo a praia dos Cavaleiros.



Figura 8 (autoria própria): praia de Carapebus (verão 2015)

A imagem acima, captada na alta temporada, retrata uma parte da praia e a ausência dos guarda-vidas no seu posto de trabalho. Caso alguém precisasse de ajuda, não se encontraria.

Alguns estabelecimentos comerciais, como bares e quiosques ficam na lagoa. Mesmo no verão, que é o período que vendedores de região litorânea mais lucram, apenas uma estava funcionando (como pode ser visto na próxima imagem), com uma estrutura ineficiente, inclusive com um único banheiro disponível para ambos os sexos.



Figura 9 (autoria própria): Estabelecimentos comerciais no balneário de Carapebus (verão 2015)

A seguir (figura 10), o estabelecimento comercial tem aparência diferenciada e mais adequada para a área, e se encontrava aberto no momento da fotografia, oferecendo opções para o almoço.



Figura 10 (autoria própria): Estabelecimento comercial no balneário de Carapebus (verão 2015)

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, com uma diversificada fauna e flora (muitos em extinção), já passou por alguns problemas relacionados à segurança. Entretanto, a área mais atingida do Parque com casos de violência está no município de Macaé, como cita a notícia do *site* jornal O Globo (24/04/2015).

O município de Carapebus tem a vantagem de não ser considerado alvo propício para bandidos, como ocorre em outros municípios, principalmente em Macaé. Portanto, Carapebus se destaca pela tranquilidade em seu interior, um diferencial que a maior parte dos municípios litorâneos do estado não dispõe.

No caso da notícia em questão, um grupo armado por sete homens invadiu o Parque e assaltou o que conseguiram ter acesso, não escapando nem mesmo os documentos dos vigilantes que estavam a trabalho na sede da unidade de conservação (*site* jornal O Globo, 24/04/2015). Houve, inclusive, troca de tiros, causando uma insegurança na área, algo que não acontecia desde o ano de 2010, com a segurança reforçada.

Para as regiões litorâneas do estado do Rio de Janeiro há um deslocamento constante das pessoas em finais de semana, feriados prolongados e férias de verão relacionado às amenidades ambientais. Essa concentração gera impactos profundos no que cerne ao espaço turístico, modificando-o e levando problemas para a população, como a violência.

Cabe destacar que além do litoral que sobressai no município, Carapebus tem potencialidades turísticas na sua área central, como praças, principalmente na Praça Frei Balthasar (vide imagem a seguir), onde está localizada a Paróquia de Nossa Senhora da Glória, outra potencialidade, já que acontecem festas religiosas tradicionais contando com visitantes de outros municípios.



Figura 11 (autoria própria): Praça Frei Balthasar (verão 2015)

A praça é lugar com vegetação exposta, calmo, mas num dia de sol forte é praticamente inviável sentar nesses bancos, pois o calor é escaldante e as sombras das árvores não são suficientes para proteger as pessoas.

Carapebus possui as festas religiosas como manifestação da cultura do Norte Fluminense. O município em questão possui como destaque a veneração aos santos religiosos e suas comemorações. Todas as festas movimentam a região, contando com shows de bandas católicas e populares. Em Carapebus tem-se a festa em honra a Nossa Senhora da Glória. Já em Campos dos Goytacazes comemora-se Santo Amaro (o qual leva muitas pessoas ao distrito de mesmo nome pela “cavalgada<sup>1</sup>”) e também o Santíssimo Salvador, festa bastante difundida entre os municípios.

A Igreja foi reformada há pouco tempo, por isso há uma diferença entre a primeira imagem e a segunda já pintada com a nova cor em tom pastel.

---

<sup>1</sup> Atividade praticada com cavalos. É um passeio a cavalo em grupos, com destino a ambientes agradáveis ou de importância histórico-cultural.



Figura 12 – esquerda (autoria própria): Igreja de Nossa Senhora da Glória (02/05/2014)  
 Figura 13 – direita (autoria própria): Igreja de Nossa Senhora da Glória (13/02/2015).

Enquanto São Francisco de Itabapoana tem como devoção São Francisco de Paula (fazendo jus à nomenclatura municipal), Macaé e Quissamã prestam homenagens aos santos católicos Santo Amaro, São João, e à Paixão de Cristo com encenação na Semana Santa. Esses são alguns dos exemplos de festividades religiosas relacionadas ao fluxo de pessoas na região.

No município de São João da Barra o apelo religioso é fortalecido, visto que os visitantes estão habituados a frequentar as festas de São João Batista, que acontecem na sede do município, recebendo devotos principalmente de Campos dos Goytacazes. Nos distritos de Grussaí e Atafona, ocorrem as Festas de Santo Amaro e de Nossa Senhora dos Navegantes, nas quais se verificam cortejo e procissão marítima, respectivamente, ambos ocorrem no primeiro semestre do ano.

Os possíveis “turistas” do município se hospedam nas residências da população local, na maior parte dos casos em casas de amigos. Portanto, esse “turismo” não impulsiona o setor hoteleiro, contudo fomenta a economia local.

Em seguida, pode ser visualizado Parque de Exposição Agropecuária, onde eram realizadas festas anuais, conforme ainda ocorre em outros municípios da região Norte Fluminense. O local se encontra “abandonado” pelo poder público, sem

estrutura para que as festas voltem a ser realizadas, como falta de portão na entrada e cobertura.



Figura 14 (autoria própria): Parque de Exposição Agropecuária (02/05/2014).

A antiga e histórica Usina de Carapebus, desativada há um bom tempo, encontra-se próxima à estação férrea de Carapebus, que foi transformada em estação cultural.

A usina de Carapebus que já teve no passado grande importância econômica para o município e região está num estado deplorável, deveria ser restaurada e aproveitada para a visitação, fazendo parte do circuito cultural histórico municipal.



Figura 15 (autoria própria): Usina de Carapebus (02/05/2014).

A presença da estação férrea, que serviu de base para a estação cultural carapebuense, se faz relevante (veja na figura 16). Como a estação férrea não é utilizada, o ambiente está degradado, com sujeira espalhada. Mas mesmo com o passar do tempo, conta com uma paisagem em que as sociedades deixaram suas contribuições nas construções no espaço geográfico, registrando suas atividades, seus costumes, suas culturas. Essas construções materiais ainda existem e carregam consigo toda sua história.



Figura 16 (autoria própria): Estação Férrea (02/05/2014).

Em outra parte da área do centro de Carapebus, encontra-se o Estádio Municipal de Futebol. Há presença de ambulantes comercializando bebidas (não alcóolicas) e doces, inclusive durante a semana, fora dos dias de evento. Diferentemente do Parque de Exposição Agropecuária, a fachada deste estádio tem um aspecto visual mais apropriado para o espaço.



Figura 17 (autoria própria): Estádio Municipal de Futebol (13/02/2015).

Como já citada anteriormente como um dos atrativos culturais do município de Carapebus na sua Lei Orgânica, a Biblioteca Municipal é importante para o seu lugar. Mantê-la em funcionamento, mesmo com todas as deficiências, é imprescindível. Porém, não pode deixar de ser ressaltado que o espaço da biblioteca, a sua localização, desconhecida por muitos moradores, e o imóvel que se encontra é no mínimo inapropriado (embaixo de um sobrado), não atraindo bem os seus residentes, e muito menos turistas.



Figura 18 (autoria própria): Biblioteca Municipal (2014).

A localização espacial de Carapebus colabora para que o município receba visitantes de municípios vizinhos ou até mesmo antigos moradores. Como é utilizado por muitos para chegarem a outras cidades, como Macaé, a Região dos Lagos e até mesmo a cidade do Rio de Janeiro, várias pessoas podem passar por Carapebus para conhecerem. É preciso aproveitar esse ponto positivo para que o seu “interior” seja conhecido. E claro, sua própria população deve ser uma “ferramenta” capaz de difundi-lo cada vez mais.

No período do calendário de eventos, principalmente nas férias de verão, têm acontecido vários homicídios noticiados pela imprensa em parte do litoral Norte Fluminense. Essas tensões vêm preocupando tanto a população residente, quanto os visitantes.

Segundo consta nos sites de notícias da região, as informações do aumento da violência na região fluminense são surpreendentes. Nos vinte primeiros dias do ano de 2014, ocorreram homicídios nas praias de Grussaí, Atafona e Chapéu do Sol (São João da Barra - Jornal Terceira Via, Janeiro de 2014). A prefeitura admitiu a

carência na segurança pública e prometeu criar uma Companhia de Polícia Independente e um Posto de Policiamento Rodoviário.

Campos dos Goytacazes tem crescentes índices de violência. Assaltos à luz do dia e com mão armada estão sendo mais recorrentes. Na alta temporada (férias de verão) os problemas aumentam, incluindo assassinatos, e as atenções são voltadas para Farol de São Thomé.

Macaé é mais um município que possui altos índices de violência, atribuído ao repentino crescimento demográfico e à fuga de traficantes que atuavam em comunidades do Rio que foram pacificadas. (Jornal O Globo de 22/03/2011). O tráfego é bastante intenso, considerado como caótico, pois há um grande fluxo de pessoas (trabalhadores) na cidade durante a semana, e o transporte público utilizado não comporta toda a demanda.

São Francisco de Itabapoana ficou marcado por notícias sobre assassinatos por tomada e/ou expulsão da terra, a respeito de apreensão de drogas etc.

Carapebus até o presente momento não passa por muitos problemas de criminalidade e violência, comparado aos outros, mas caso seja difundida a atividade turística no referido município, projetos de segurança deverão ser implementados. Portanto, demonstra ser um município calmo para morar e visitar. Este fator (positivo) é um dos mais relevantes, atualmente, para ir a um lugar. A sociedade se defronta constantemente com a situação de criminalidade e tem procurado mais opções de lazer associadas com tranquilidade.

A população carapebuense tem que ser a primeira a ser beneficiada, e isso é o que se espera de um governo local. No município, principalmente pela quantidade de habitantes, o excesso de tranquilidade e o baixo índice de violência, contribuem para atrair pessoas de outros lugares. Para tanto, se faz necessário conhecer melhor essa população.

No último censo em 2010, a população de Carapebus girava em torno de 13.359 habitantes, correspondendo a 1,6% da Região Norte Fluminense. Já em 2012, a população aumentou para 14.024 habitantes, segundo dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE, 2013).

Segundo o TCE (2013), Carapebus

Possui 5.186 domicílios, uma agência de correios, duas agências bancárias e nenhum estabelecimento hoteleiro. Quanto aos equipamentos culturais, o município não tem museu, mas dispõe de um cinema e um teatro, e de uma biblioteca pública.

O município de Carapebus está na faixa de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado alto, pois tinha como base 0,713, de referência no ano de 2010. Durante os anos anteriores, os indicadores sociais foram elevados, principalmente a educação (TCE, 2013, p. 25).

Em relação aos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro acerca do IDH, Carapebus ocupa a posição de 41.<sup>o</sup> no estudo (TCE 2013). Dessa forma, encontra-se numa posição superior aos municípios de Quissamã e São João da Barra, mesmo que na prática tais municípios podem se apresentar mais ordenados do que Carapebus.

Vale ressaltar que o estudo da população de um local possui alta relevância, porque identifica o que a mesma espera do seu município, o que sentem em relação ao seu entorno, os pensamentos e anseios que possuem. Faz com que o governo local, teoricamente, possa elaborar um planejamento adequado de acordo com as necessidades detectadas e com base no orçamento municipal.

Nesse sentido, foram realizadas algumas entrevistas semiestruturadas aos representantes do poder público e população local residente, se estendendo aos comerciantes.

A partir de entrevistas, foi perguntado aos comerciantes, por exemplo, onde os moradores trabalham, e constatou-se algo já imaginado, em Macaé. Por outro lado, uma quantidade expressiva de carapebuenses, segundo os entrevistados, trabalha na prefeitura, por contratos sem vínculo empregatício. Para os comerciantes não faz diferença se são os visitantes ou os moradores que usufruem dos serviços municipais, independe. Em relação às pousadas, foi perceptível o grande uso delas por vendedores e prestadores de serviços de cidades vizinhas durante a semana.

Para melhor entendimento no que tange à população local, é percebida a importância da relação entre a percepção ambiental do local de estudo e as potencialidades turísticas voltadas para a população vigente. Assim, se orientariam mais investimentos públicos e privados voltados para o desenvolvimento turístico local. Neste caso, a população local destaca a lagoa de Carapebus, o Parque

Nacional da Restinga de Jurubatiba e o balneário de Carapebus, de maneira geral, como as paisagens mais bonitas do município.

### **3.2 – ASPECTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E SUA POPULAÇÃO**

Este item do trabalho está pautado no perfil da população residente e dos visitantes que o município recebe, colaborando com o desenvolvimento do turismo em um lugar de características peculiares.

Segundo o perfil turístico municipal informado pela Secretaria de Turismo, após o envio de algumas perguntas relacionadas à preocupação com o turismo que possuem, foram levantadas algumas demandas relevantes. Primeiro, podem ser citados e questionados os principais problemas e/ou obstáculos que impedem do turismo efetivamente acontecer na área, como o domínio e restrição por parte do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. O seu representante foi procurado para esclarecimentos, respondendo de forma objetiva e rápida que o Parque não possui problemas com o governo local, afirmando que têm boa relação com a prefeitura, e apoio de seus funcionários para o bom funcionamento do Parque, referente à porção pertencente a Carapebus.

No momento, está em pauta na Secretaria de Turismo a criação de Unidades de Conservação e do Plano Municipal de Turismo, pois consideram de extrema necessidade e relevância para o turismo na localidade. Até o momento nenhum outro governo criou um plano com diretrizes voltadas para o turismo, mesmo entendendo a sua importância para a economia local. Outro objetivo da Secretaria de Turismo é construir uma área de lazer na lagoa de Carapebus, como pode ser vista na maquete (figura 19).



Figura 19 (autoria própria): Maquete da área de lazer proposta pela Secretaria de Turismo (2014)

A organização do espaço em questão é vista como precária, pois não conta com equipamentos típicos de localidades que possuam atrativos turísticos. A área de lazer terá opções para atender a demanda turística e fazer com que seus participantes se sintam à vontade para passar o seu tempo de ócio. Em contrapartida, como na maquete pode-se observar um possível desenvolvimento do turismo sem fluidez no espaço, ou seja, podendo concentrar a comunidade e turistas, incentivando as pessoas a visitarem o balneário de Carapebus, usufruindo dessa área de lazer, correndo riscos de criar limites na participação da atividade turística, apesar de toda a segurança indicada.

O município não conta com o Conselho de Turismo para colaborar nas decisões essenciais acerca do segmento turístico, e muito menos um fundo municipal para essas questões. Consta no documento enviado pela secretaria uma central de atendimento ao turista e guardas ambientais, podendo atender visitantes que falem a língua inglesa. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, SECRETARIA DE TURISMO 2014).

Assim que um visitante chega ao município ele não se depara com nenhuma placa o acolhendo e se despedindo, desejando explicitamente que deseje que ele volte a visitar o município, como existe em outros municípios. Um fator importante é valorizar quem chega e sai de um lugar, e demonstrar para os indivíduos que gostaria da sua presença mais vezes.

Os representantes da Secretaria de Turismo participam de eventos tanto em escala estadual, como o Salão Estadual de Turismo, e escala nacional, como o Salão de Turismo / São Paulo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, SECRETARIA DE TURISMO, 2014).

O Conselho de Turismo já apresentou e discutiu rumos do setor de turismo no Rio de Janeiro (SETUR), porém as prioridades são voltadas para o turismo exterior, como a implantação do *Tax Free* e do ICMS turístico e liberação do visto norte-americano (SETUR).

Em relação à demanda turística, se reconhece que o fluxo de turismo girou em torno de 15.000 pessoas no ano de 2014, sendo que 1.000 pessoas, aproximadamente, foram oriundas de outros países. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, SECRETARIA DE TURISMO, 2014).

Para um município considerando de pequeno porte e ainda pouco divulgado dentre os seus vizinhos, inclusive no estado do Rio de Janeiro, sem dúvidas, Carapebus conta com uma quantidade razoável de visitantes durante o ano, comparado ao seu número populacional.

O perfil do turista que frequenta Carapebus é em sua maioria casais, numa faixa etária de 35 a 44 anos de idade, muitos são estudantes e pesquisadores, e aqueles que se encontram na conhecida “terceira idade”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, SECRETARIA DE TURISMO, 2014), pois o município tem como características notórias a tranquilidade e a paisagem bucólica, praticamente sem resquícios de violência. Atrativos esses buscados por muitos brasileiros que querem fugir da fluidez das grandes cidades, se tornando esse o grande diferencial de Carapebus e o que se destaca em relação a outros destinos. Carapebus foi citado pelo site da Veja Rio (18/02/2014) como um dos 10 destinos para serem visitados no estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista o que já existe e o que pode ser melhorado e/ou implementado no município de Carapebus e região, surgem as possibilidades para

investir no turismo, associado aos aspectos ambientais, para gerar desenvolvimento municipal.

### **3.3 – POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E AMBIENTAIS EM CARAPEBUS**

Dentre os municípios do litoral Norte Fluminense, destacam-se Campos e Macaé (considerado o município com maior desenvolvimento nas últimas décadas do estado do Rio de Janeiro), os quais obtiveram no ano de 2013 algo em torno de R\$ 630.384.833,22 e R\$ 466.531.575,52, respectivamente em *royalties* (UCAM, INFO ROYALTIES, 2013).

Já os municípios que menos arrecadam com os *royalties* municipais são Carapebus, com R\$ 35.784.883,44 e São Francisco de Itabapoana, com R\$ 8.292.812,42. Dessa forma, nota-se que o município de Carapebus possui um valor de arrecadação significativo comparado a São Francisco de Itabapoana, considerando o tamanho do município e o número de habitantes também.

Sabendo que os municípios se encontram no interior do estado do Rio de Janeiro, questiona-se a possibilidade de haver atividades turísticas, pois a maior parte das áreas possui como uma das principais atividades econômicas a produção agrícola (SAQUET, 2013).

O turista que conhece bem os atrativos existentes, assim como o morador, se identifica com o lugar, o seu espaço e tem uma relação de identidade com o local. Vale salientar que ocorre interação entre residente e turista, a partir das interferências e modificações do visitante sobre o local visitado. Eles compartilham experiências, interesses, costumes e valores.

Para outros autores, como Portuguesez (2002), durante um bom tempo o turismo foi um segmento para poucos, e o mesmo chega a essa conclusão baseado na ínfima parcela da população que possui maior poder aquisitivo. Atualmente, a atividade turística está massificada em consequência de sua excessiva popularidade, ocupando uma posição de destaque no cenário mundial e atingindo a todos os tipos de público (PORTUGUEZ, 2002, p. 21).

O turismo, com o passar dos anos, tornou-se tão importante que representa

uma das maiores fontes de renda e geração de trabalho/emprego, superando até mesmo outros segmentos econômicos. Com isso, iniciaram os investimentos no segmento do turismo.

Os autores Saquet (2013) e Portuguez (2002, p. 23) concordam que a estrutura montada para a efetivação do turismo em um determinado lugar não suporta a demanda dos turistas. O ambiente é o maior prejudicado, havendo a perda da biodiversidade. Mais uma vez o saneamento básico é explicitado por ser um dos maiores problemas encontrados no setor turístico.

No ano de 2014, foi destinado no orçamento municipal de Carapebus o valor de R\$ 1.200.000,00 de recursos para investimento no turismo, entretanto neste ano de 2015, o valor da reserva foi menor, fixado em R\$ 900.000,00 no total. Essa diminuição nos valores provavelmente está associada a atual crise financeira estadual, forçando os municípios a cortarem todos os gastos possíveis.

No caso do município de Carapebus, há recursos previstos para desenvolver projetos no âmbito municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, SECRETARIA DE TURISMO, 2014). Pode ser identificado que há um forte interesse de algumas secretarias municipais, se destacando a Secretaria de Turismo, a fim de realizar tais investimentos, buscando o apoio e o respaldo financeiro da prefeitura para elaboração de calendário de evento anual, realização de projeto de sinalização turística, construção de uma área de lazer nas áreas próximas à praia e à lagoa, melhoria na estrada que dá acesso ao litoral carapebuense para prática de atividades, como o torneio de pesca.



Figura 20 (autoria própria): Estrada que dá acesso à praia, lagoa e ao Parque de Jurubatiba (verão 2015).

Segundo o jornal O Debate Carapebus (OUTUBRO, 2014), no mês em questão, a pavimentação da Praia de Carapebus tinha atingido um quilômetro. Já no início de 2015, foi observado que houve ainda uma maior extensão da estrada pavimentada.

São realizadas caminhadas ecológicas no território pertencente ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba com o auxílio de condutores. Durante o percurso são observadas as diferentes espécies de animais e vegetais, ameaçadas de extinção em outros lugares do país (PREFEITURA DE CARAPEBUS/SECOM, 2013).



Figura 21 (autoria própria): Lagoa de Carapebus (verão 2015).

As imagens da lagoa de Carapebus, assim como outras que estão presentes neste trabalho, indicam a existência de todas as belezas naturais citadas no início da pesquisa.

Carapebus é um reduto de biodiversidade de restinga, e que deve ser mais visitado e disseminado por toda a região e no estado, se tornando um destino turístico pouco transformado pela ação humana.

O Parque Nacional da Restinga da Jurubatiba, ou PARNA de Jurubatiba, é o primeiro Parque Nacional no Brasil do ecossistema de restinga, localizado na região Norte do estado do Rio de Janeiro, que compreende os municípios de Carapebus, Macaé e Quissamã, com uma faixa de orla marítima de 44 quilômetros de praia. O PARNA é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS/SECOM, 2013).

A prefeitura em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) tem realizado reuniões para regulamentar o uso devido dos recursos naturais encontrados no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, onde são encontradas a praia e a lagoa do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS/SECOM, 2013).

O livro, com o título “Plantas da Restinga: Potencial Econômico” foi organizado por um grupo de pesquisadores que conviveu por um período determinado de tempo com moradores do entorno da Restinga, auxiliando na construção de um pertencimento com as riquezas do local.

As receitas fazem uso da matéria-prima encontrada na área do PARNA, que são os produtos típicos e naturais pertencentes ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba com todas as suas características e particularidades não encontradas em outros lugares facilmente.

Para o desenvolvimento de qualquer município tem que haver uma mudança de pensamentos e atitudes levando em consideração as vertentes existentes, sem deixar que disputas econômicas ou ainda de poder político desfavoreçam aos moradores, pois são os que mais saem perdendo em todos os aspectos.

O orçamento de Carapebus é bastante diversificado, já que há investimentos em vários setores, sendo a verba repassada para as secretarias. A atividade turística também “aparece” como um subitem inserido nos tópicos de Cultura e Gestão Ambiental no orçamento municipal 2015.

As atividades diretas e indiretas servem a alguns segmentos do turismo, como a cultura, propiciando o turismo cultural, com projetos intitulados “Carapebus, Cultura e Arte” e “Despertando Arte”. Juntos o valor revertido para esses projetos e para o setor de cultura como um todo é de R\$ 334.245,00. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, ORÇAMENTO 2015).

O elemento do turismo diretamente apresentado no orçamento 2015 receberá

(previsão) um valor de R\$ 150.000,00 do total para a atividade turística. Já no item do setor de comércio e serviços, o turismo tem R\$ 166.000 para o projeto “Circuito de Aventura” e R\$ 964.414,56 para a atividade turística englobando o projeto “Carapebus de braços abertos”. No total o turismo neste item orçamentário apresenta R\$ 1.130.414,56 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, ORÇAMENTO 2015).

No município de Carapebus deveria haver uma valorização sobre todo o ambiente rural que faz parte do seu território. O turismo rural ocorrendo no conjunto do município atenderia a uma demanda significativa de visitantes que busca a produção e o consumo de bens e serviços ruralizados, e que não encontram com facilidade onde vivem. Entretanto, para isso se tornar realidade, o município tem que ter infraestrutura suficiente para acolher os turistas (SILVA, SANTOS e ALCÂNTARA, 2010, p. 425). Além disso, possibilitaria o incentivo e a consequente melhoria nas condições de atuação do trabalhador rural.

Na especificação da Gestão Ambiental, o turismo a partir das questões ambientais pode ser influenciado indiretamente. Este tópico apresenta um valor no total de R\$ 745.516,23, devendo ser indiretamente direcionado para o turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, ORÇAMENTO 2015).

No item acerca das questões ambientais presentes na Lei Orgânica (1998), sobressaem as atividades turísticas associadas às preservações de suas paisagens e dos recursos naturais, garantindo a limpeza e a qualidade da água e da areia da praia, e o direito ao sol. (LEI ORGÂNICA, 1998).

Enquanto no Art. 201 (LEI ORGÂNICA DE CARAPEBUS, 1998, P. 34), o município afirma garantir direitos sobre a área cultural, como o acesso ao seu patrimônio cultural. Como exemplos podem ser citadas a Estação Cultural e a Biblioteca Municipal, que até o fim desta pesquisa se encontrava em um local provisório.



Figura 22 (autoria própria): Biblioteca municipal (2014).

No que diz respeito ao capítulo VII: Política para o setor de Turismo, no Art. 254:

O Município promoverá e incentivará o turismo como fator fundamental ao desenvolvimento econômico e social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural da Cidade, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente às paisagens notáveis e à cultura local. Parágrafo único:- O Município considera o turismo atividade essencial para a Cidade e definirá política com o objetivo de proporcionar condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento. Medidas Desenvolvimentistas Art. 255 - Para assegurar o desenvolvimento da vocação turística do Município, o Poder Público: I - promoverá: a)- a criação de infraestrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando investimentos na produção, criação e qualificação de empreendimentos, equipamentos, instalações e serviços turísticos; b)- o levantamento da demanda turística, a definição das principais correntes turísticas para o Estado do Rio de Janeiro e a promoção turística do Município; o fomento ao intercâmbio permanente com outras regiões do País e do exterior; d)- a adoção de medidas específicas para o desenvolvimento dos recursos humanos para o turismo; e)- a proteção e a preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; f)- a organização de calendário anual de eventos de interesse turístico; g)-

a conscientização da vocação turística da Cidade. II - adotará, nos termos da lei, política especial de incentivo fiscal às empresas do setor hoteleiro e de outros serviços turísticos estabelecidas no Município. (LEI ORGÂNICA DE CARAPEBUS, 1998, p. 42).

Com base nas informações é possível verificar que o Orçamento 2015 contempla parcialmente o documento da Lei Orgânica, porque ainda não contém uma política estratégica permanente voltada diretamente para o turismo (como o Plano Municipal de Turismo), não criou a infraestrutura necessária para a prática turística, e não consta no documento do Tribunal de Contas do Estado (TCE, 2013) uma rede hoteleira em Carapebus.

A oferta turística de Carapebus se baseia nas três pousadas oficiais: Pousada da Beth, com 20 suítes; Pousada Vale do Arrebal, com 10 suítes; e Pousada EcoRural Rancho Ouro Preto, com 8 suítes. E vale ressaltar que não existe no território nenhuma agência de turismo e muito menos guias conhecidos, somente condutores do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba formados por curso pelo SEBRAE (RJ).



Figura 23 (autoria própria): pousada Eco Rural Rancho Ouro Preto (2015).

A pousada Eco Rural Rancho Ouro Preto conta com um restaurante de cardápio típico da região em questão, a conhecida comida caseira, como arroz branco, galinha caipira ensopada, aipim e batata cozidos, temperos.

A sede da pousada foi construída por elementos que diferem das construções dos imóveis do município. Entende-se que a intenção é causar surpresa e se destacar diante das outras opções de pousadas presentes em Carapebus.



Figura 24 (autoria própria): pousada Eco Rural Rancho Ouro Preto (2015).

Observando imagem anterior é possível notar ao fundo a pousada com sua construção imponente, e para se chegar a ela, tem que passar por um caminho de terra.



Figura 25 (autoria própria): Piscina infantil da pousada Eco Rural Rancho Ouro Preto (2015)

As piscinas, assim como boa parte da estrutura física da pousada, estão com obras em fase de término de construção. Todavia, os espaços prontos sugerem visitação e suscitam a vontade da hospedagem.

Carapebus ainda não se encontra numa posição “privilegiada” acerca de valorização de imóveis com preços considerados baixos para um município com a localização (proximidade a Macaé e Quissamã) e os atrativos (praia, lagoa, parque de Jurubatiba) que possui. Enquanto a especulação não aumenta, o preço da terra está mais acessível para investimentos hoteleiros (pousadas) e em serviços turísticos, podendo o empreendedor receber, ainda, “incentivos” conforme a Lei Orgânica Municipal.

Essas imagens anteriores retratam toda a pretensão de poucos, para investimento do turismo local. É notório que alguns munícipes mencionam a falta de recursos destinados para a atividade turística por parte do governo pelas dívidas a serem pagas pela prefeitura atual. A população carapebuense necessita de um programa de ensino técnico voltado para o turismo, valorizando os patrimônios

históricos, culturais e ambientais, pois as atividades turísticas são geradoras de trabalho e renda.

## CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, foram apresentados capítulos com assuntos que envolviam a atividade turística, perpassando por questões fundamentais que “sustentam” essa atividade.

As tipologias de turismo são importantes para se conhecer e entender as principais modalidades de turismo existentes no Brasil e no mundo, seus aspectos naturais e econômicos, para depois identificar quais os tipos de turismo cabíveis em Carapebus. Verificou-se que os tipos de turismo mais adequados para serem realizados, a partir das paisagens com atrativos potenciais, são o turismo litorâneo, o turismo cultural e o turismo rural.

Primou-se pelo município de Carapebus essencialmente, visto que com o processo de emancipação, a população demonstraria ter uma relação de pertencimento com o seu lugar, procurando reivindicar, junto aos representantes do poder público, melhorias para o seu bem-estar. Mas o diálogo precisa ser mais representativo.

Carapebus e as suas perspectivas para o turismo se associaram, contendo as possibilidades municipais ambientais (recursos naturais), econômicas (a partir do orçamento) e políticas (projetos da Secretaria de Turismo) voltadas para a população local. Os elementos que constam no seu território como as construções histórico-culturais, as paisagens, e características, como a tranquilidade, se tornam imprescindíveis para o desenvolvimento do turismo fora do “circuito” já tão explorado. Isso faz com que o município de Carapebus possa se tornar referência tanto regional, estadual ou nacional, como um novo destino turístico.

Carapebus, com base no orçamento deste ano (2015), demonstra que possui uma arrecadação apropriada para investir no desenvolvimento do município e, conseqüentemente, de seus munícipes, no que diz respeito comparativo ao seu contingente populacional e sua extensão territorial. Nota-se, então, a necessidade de regulamentação das atividades e dos setores que integram os turismos ambiental, litorâneo e cultural dentro do município.

O valor destinado no orçamento precisa ser executado e revertido para o bom funcionamento turístico municipal (na perspectiva da Lei Orgânica Municipal) e das atividades relacionadas ao segmento em questão, como a gestão ambiental.

Algumas áreas da economia tendem a favorecer o turismo, como o comércio e os serviços, destacando-se a hospedagem, os passeios guiados e a gastronomia regional.

Em outra escala, com pouca ligação com a atividade turística carapebuense, encontra-se a Secretaria de Turismo do estado do Rio de Janeiro (SETUR). Ela evidencia e supervaloriza a cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, contemplando-a com os projetos de turismo e divulgação dos mesmos, sem estender esse direcionamento proporcionalmente aos outros municípios do estado, como a cidade de Carapebus, que não é contemplada com nenhum programa do governo estadual e/ou Secretaria de Turismo do estado (RJ) voltado para o turismo no local.

Como a atividade turística é grande geradora de “emprego” (trabalho) e renda, devem ser buscadas alternativas para solucionar os problemas demandados pelo setor, (a carência de saneamento básico, por exemplo), além do planejamento do governo para infraestrutura em geral, investimentos em qualificação profissional e educação ambiental.

Importa ressaltar a aproximação com o imaginário local, seus anseios e a falta de perspectiva quanto às possibilidades econômicas pouco exploradas. Para que o turismo de base local na região se torne um instrumento de promoção de sustentabilidade econômica, cultural e ambiental, há necessidade de um conjunto de investimentos da administração pública para que as atividades turísticas possam ser “incorporadas” pela comunidade local.

Pensando no desenvolvimento do turismo em Carapebus, deve-se buscar a divulgação com enfoque nos seus potenciais voltados para os indivíduos que procuram lugares para visitar com as características peculiares e dificilmente encontradas em outras localidades. A questão ambiental bem trabalhada pode ajudar a erguer o ecoturismo local, até porque a proposta dos grandes eventos e shows concerne aos vizinhos, Macaé e São João da Barra (este mais longínquo, mas na mesma região), com mais recursos para a atração das “massas”. Vale reconhecer que a infraestrutura também contribui para a maior demanda turística, como ocorre com Quissamã.

Os comerciantes, moradores e visitantes de Carapebus devem primar pela organização para o bom funcionamento das áreas litorânea e central, principalmente na alta temporada (verão), período mais visitado. Os visitantes querem encontrar

lugares com boa aparência, por isso é importante a união e o engajamento de todos os setores que prezam pela realização de serviços essenciais ao turismo.

Vale salientar que a junção entre poder público e comunidade vai muito além do que a luta por propostas orçamentárias a serem executadas para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida da população em questão. A concepção dos projetos, bem como a distribuição e a organização no espaço geográfico devem contar com a participação popular cidadã.

Usufruir dos artigos naturais que o município e o Parque possuem juntos é um princípio básico para o bom uso de ambos. Alguns produtos existentes na Reserva de Jurubatiba foram transformados em receitas saborosas como doces, bebidas e salgados. As imagens e tais receitas foram catalogadas e expostas.

Cabe neste caso diferenciar os termos preservação e conservação, já que ambos prezam pelo bem-comum da fauna e flora, visando às condições ambientais adequadas às gerações futuras. A conservação permite a utilização dos recursos naturais desde que não destruam o ambiente. É um uso consciente desses recursos. Já a preservação protege integralmente a natureza, para que não haja perda da biodiversidade presente no local.

Ressalta-se aqui a sugestão para a conservação ambiental, reforçando, tanto para população local quanto para visitantes, que busquem a sensibilização sobre o que representa a conservação para o uso controlado de inúmeros vegetais presentes no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. A fauna e a flora desse espaço são ricas e dificilmente encontradas em outros lugares por conta da exploração e devastação dos ambientes costeiros.

É perceptível a vontade de alguns representantes do poder público de modificar o espaço em relação ao turismo local no que cerne aos aparatos necessários para sua base de desenvolvimento. O turismo bem preparado e organizado faz toda a diferença em qualquer espaço. Carapebus poderá ser responsável por modificar o foco de empregabilidade para muitos munícipes que serão incentivados a crescerem profissionalmente, desde que o governo tenha condições financeiras para garantir a sua estruturação, transformando a realidade deste município que enfrenta tantas adversidades. Porém, com o dinheiro arrecado dos *royalties* ao longo de tanto tempo outros cenários com características atraentes

para a atividade turística poderiam surgir, como melhoria nas estruturas básicas e organização dos serviços municipais.

As vantagens nítidas do município devem ser aproveitadas. O município possui pouco tempo de emancipação (20 anos), mas a população espera por resultados rápidos e baseados nas suas reais necessidades, como a boa organização do espaço, com sistema de transportes de qualidade e uma educação que prepare suas crianças e jovens para a vida. Com o desenvolvimento turístico bem planejado, a expectativa dos munícipes será continuar morando em uma cidade calma, com índices de violência praticamente inexistentes, belas paisagens e sem segregações.

Quando se imagina o turismo acontecendo num determinado ambiente, é com intuito de desenvolver esse lugar como um todo. Sem dúvida alguma, o maior benefício da atividade turística com inserção da comunidade local é propiciar melhor qualidade de vida. Com moradores insatisfeitos e lutando pela dignidade, não tem como pensar na prática turística sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anna Maria Vasconcellos. **Carapebus: Nas Páginas do Passado** – Niterói, RJ: Muiraquitã, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Royalties**. <http://www.anp.gov.br/> Acesso em 23/05/2015.

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. et al. (organizadores). **Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARBOSA, Flávia Fonseca. Programa de Pós-graduação em Geografia – **O Turismo como um fator de Desenvolvimento Local e/ou Regional** – Caminhos de Geografia: revista *on line*, 2005.

BECKER Bertha K. **Políticas e Planejamento do turismo no Brasil**. Caderno Virtual de Turismo, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Legislação do Turismo n.º1.771/08, de 17 de Setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Site oficial do Ministério do Turismo, Brasília, DF, 23 abr. 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010** – Uma viagem de inclusão. Acesso em 24/04/2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAPEBUS. Lei Orgânica do Município de Carapebus, 1998. [carapebus.rj.gov.br/portal/legislação/leis/](http://carapebus.rj.gov.br/portal/legislação/leis/). Acesso em 24/04/2014.

CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuições do Turismo à Economia Brasileira**.

**Piracicaba** – São Paulo: USP, 2002.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Editora: UFSC, 2011.

EMBRATUR – **Instituto Brasileiro de Turismo** - <http://www.embratur.gov.br/>  
Acesso em 24/04/2014.

ESCOUTO, Francélia de Moura Barros. Educação Ambiental, Meio Ambiente e Turismo. **Revista Científica INTERMEIO**, Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará – FAECE / Faculdade de Fortaleza – FAFOR, 2011.

FERRETI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente – Uma Abordagem Integrada** – São Paulo: Editora ROCA, 2002.

FUNDAÇÃO CEPERJ. Dados Socioeconômicos. **Texto Analítico do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br) acesso em: 14 de Abril de 2014.

GAZETA LITORAL. **O jovem município de Carapebus**. Março de 2013. <http://gazetalitoral.blogspot.com.br/2013/03/o-jovem-municipio-de-carapebus-esta.html>. Acesso em 24/04/2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – **Secretaria de Turismo (SETUR, RJ)**: [www.rj.gov.br/web/setur/principal](http://www.rj.gov.br/web/setur/principal). Acesso em 23/05/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)- **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rj>>

JORNAL O DEBATE CARAPEBUS. sexta-feira 10 a 16 de outubro de 2014. **Pavimentação na Praia de Carapebus completa 1 km**. <http://carapebus.rj.gov.br/portal/pavimentacao-na-praia-de-carapebus-completa-1km/>

Acesso em 23/05/2015.

JORNAL O GLOBO. **Casos de violência no município de Macaé.** <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/grupo-armado-ataca-fecha-parque-nacional-da-restinga-de-jurubatiba-em-macae-15947558> Acesso em 24/04/2015.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Economia do Turismo** – São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica** 5.<sup>a</sup> edição, São Paulo: Editora ATLAS S.A., 2003.

MAPA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RJ), acessado em 24/04/2014 - <http://mapadecultura.rj.gov.br/carapebus/lagoa-de-carapebus>.

MARAFON, José Gláucio. **Turismo em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro.** Ciencias Sociales Online, julio 2007, Vol. IV, No.2 (85-102) – Universidad de Viña del Mar-Chile.

MASSUKADO, Márcia Shizue. **Políticas públicas: Estratégias governamentais de intervenção no turismo publico.** Revista Global Tourism, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. [www.turismo.gov.br/](http://www.turismo.gov.br/) - Acessado em 24/04/2014

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e comunicação.** São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). <http://www2.unwto.org/>. Acessado em 24/04/2014.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais – Um Olhar Geográfico**. Universidade Estadual de Campinas, SP/Brasil, 2009.

PIRES, P. S. Interfaces Ambientais do Turismo – In: Trigo, L. G. G. T. (Org.). **Turismo: Como aprender, como ensinar, volume 1**, São Paulo: Editora SENAC, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. Segunda Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS: **Caminhada Ecológica vira tradição em Carapebus**. <http://carapebus.rj.gov.br/portal/caminhada-ecologica-vira-tradicao-em-carapebus/> Acesso em 24/04/2014.

\_\_\_\_\_. **Orçamento 2015**. <http://carapebus.rj.gov.br/portal/legislacao/orcamento-2015/> Acesso em 24/04/2014.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE e ICMBio realizam reuniões setoriais\outubro 18, 2013 by SECOM; Esporte e Lazer – SEMEL janeiro 17, 2011 by carapebusrj <http://carapebus.rj.gov.br/portal/index.php?s=plano+de+turismo>.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS. **Entrevista semiestruturada sobre o planejamento para o turismo em Carapebus**. 2015, Carapebus.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional**. Acesso em 24/04/2014.

PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS – MINISTÉRIOS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)

e                    MINISTÉRIO                    DA                    EDUCAÇÃO                    (MEC).  
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf> Acesso em 24/06/2015.

REVISTA ELETRÔNICA VEJA RIO: **Dez destinos turísticos bate e volta no estado do Rio de Janeiro**. <http://vejario.abril.com.br/materia/turismo/dez-destinos-bate-e-volta-no-estado-do-rio/> Acessado em 18/02/2015.

SAQUET, Marcos Aurélio (Organizador). Estudos Territoriais na Ciência Geográfica - In: **Residências Secundárias Rurais: Modalidade de Atividade Turística e os Múltiplos Territórios nestes Espaços**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 1.a edição: Junho de 2013.

SEBRAE MG. **Políticas Públicas, Conceitos e Práticas** – Série Políticas Públicas – V. 7. 2008.

SILVA, P.L.B. & MELO, M.A.B. **O Processo de Implementação de políticas públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno nº 48. 2000.

SILVA, Edson Arlindo. SANTOS, Anderson Alves. ALCÂNTARA, Valderí de Castro. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local Sustentável: Problemas, Premissas e Perspectivas Teóricas**. APGS, Viçosa, v.2, n.4, pp. 423-443, out/dez. 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE – RJ): **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – Carapebus**, 2013.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES (UCAM) **Info Royalties**.  
<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acessado em 14 de Abril de 2014.

YÁZIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cassia Ariza CARLOS, Ana Fani Alessandri; (Organizadores). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. Terceira Edição. São

Paulo: Editora Hucitec, 2002.

ZAOUAL, Hassan. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** Caderno Virtual de Turismo. ISSN: 1677-6976 Vol. 8, N° 2, 2008.

## APÊNDICES

### *Entrevista semiestruturada sobre o planejamento para o turismo em Carapebus:*

- 1- O que do Planejamento das finanças municipais de Carapebus é destinado para o turismo?
- 2- Qual o valor destinado para investimentos no setor turístico, contemplando direta ou indiretamente o município Carapebuense?
- 3- Em relação ao Plano de Mobilidade Municipal, quais são os benefícios e influência para o turismo?
- 4- Existe algum projeto que busque desenvolver o município sem o recebimento do valor dos *royalties*?
- 5- A partir de dados oficiais, qual o setor econômico que mais cresce em Carapebus?
- 6- O orçamento proposto para o ano de 2015 será cumprido diante das receitas atuais?
- 7- Há alguma relação da secretaria de planejamento com o SEBRAE? O que pode ser destacado?
- 8- Neste ano de 2015, o município de Carapebus completou 20 anos emancipados. Portanto, quais são as bases econômicas que essa emancipação está pautada?

*Entrevista semiestruturada sobre Carapebus:*

- 1- Quais são os atrativos do município?
- 2- Qual a importância do município de Carapebus para a Região Norte Fluminense?
- 3- Uma Estação Cultural é muito importante para uma cidade, pois geralmente reúne um acervo valioso para os moradores e visitantes. Como tem sido feito o uso e aproveitamento da Estação Cultural municipal?
- 4- Qual o setor que mais cresce em Carapebus?
- 5- Neste ano de 2015 o município de Carapebus comemorou vinte anos emancipado. Portanto, em que essa emancipação está pautada?

*Em relação ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba:*

- 1- O Parque é visitado? Com que frequência?
- 2- Quem são os principais visitantes?
- 3- Quais são as potencialidades do Parque?
- 4- Qual a relação e influência entre a praia de Carapebus e o Parque?

*Entrevista semiestruturada sobre o turismo religioso em Carapebus:*

- 1- Qual a quantidade aproximada de visitantes que as festas religiosas, organizadas pela Igreja de Nossa Senhora da Glória, recebe?
- 2- Os visitantes costumam permanecer em Carapebus após a festa?
- 3- Na opinião do senhor, existe um turismo religioso no município de Carapebus?
- 4- Quantas festas religiosas, organizadas pela Igreja Católica em Carapebus, ocorrem durante o ano? Possui algum calendário de eventos?
- 5- Há algum incentivo e colaboração da prefeitura para a realização das festas religiosas católicas?
- 6- Com o passar dos anos, é perceptível o aumento no número de pessoas que participam dos eventos católicos?
- 7- Quais artigos religiosos são mais procurados nos eventos organizados pela Paróquia de Nossa Senhora da Glória?